

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Ciência da Informação

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Keity Verônica Pereira da Cruz

**O DOCUMENTO ORAL E O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO NO CONTEXTO
DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília, como requisito parcial à obtenção
do título de mestre em Ciência da
Informação.

Orientador: Professor Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

BRASÍLIA

2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Ciência da Informação

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Keity Verônica Pereira da Cruz

**O DOCUMENTO ORAL E O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO NO CONTEXTO
DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília, como requisito parcial à obtenção
do título de mestre em Ciência da
Informação.

Área de Concentração: Gestão da
Informação

Linha de pesquisa: Gestão da Informação e
do Conhecimento

Orientador: Professor Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

BRASÍLIA

2012

Ao medo cabe o poder de paralisar aqueles que não sabem do que são
capazes.

Pe. Fábio de Melo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus sempre e em primeiro lugar por tudo o que me permitiu viver até agora e por mais essa grande conquista.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado em todas as escolhas, pelo apoio incondicional e pelo amor que sempre me fortalece.

À minha família e amigos pela torcida e encorajamento.

Ao meu orientador Renato, pela paciência e sugestões ao longo da jornada de estudos.

À professora Nancy Alessio Magalhães pelas dicas enriquecedoras.

À professora Eliane Braga pelas sugestões preciosas no momento da qualificação.

Ao amigos que estiveram ao meu lado, torcendo e apoiando .

Ao Jailson, pela gentileza e força para o desenvolvimento deste trabalho.

À Jucilene pelo incentivo decisivo.

Aos colegas de mestrado, pelas discussões esclarecedoras.

A todas as organizações que se colocaram a disposição para responder ao questionário desta pesquisa.

A todos os que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Estudo da relação entre o documento arquivístico e o documento oral e suas diferenças e semelhanças, partindo da análise do procedimento que lhe dá origem – a metodologia da história oral, num contexto de preservação da memória organizacional. Para a realização do estudo foi efetuada uma pesquisa bibliográfica, que envolveu o levantamento de fontes de informação primárias e secundárias e levantamento de dados por meio da aplicação de questionários em organizações que utilizam um Programa de História Oral para a preservação de sua memória. Como resultado, apresentam-se dados referentes ao tratamento dispensado aos documentos resultantes dos programas de história oral e dos programas de tratamento arquivístico. Conclui-se que o documento oral e o documento arquivístico, quando analisados no contexto da preservação da memória de organizações, se complementam, apesar de serem diferentes do ponto de vista de intencionalidade de formação do acervo.

Palavras-Chave: História oral; memória organizacional; documento oral; documento arquivístico.

ABSTRACT

Study of the relationship between the document and the archival document and oral document, their differences and similarities, based on an analysis of the procedure which it originates – the methodology of oral history in the context of preservation of organizational memory. For the study it was conducted a literature search, which involved survey of information sources and secondary and primary data collection through questionnaires in organizations that use an oral history program to preserve his memory. As a result, we present data regarding the handling of documents resulting from the oral history programs and archive treatment programs. It is concluded that the oral document and the archival document, when analyzed in the context of preserving the organizational memory complement each other, although they are different in terms of intentionality of the formation of the collection.

Keywords: oral history, organizational memory, oral document, records.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Início do programa de história oral	83
Tabela 2 - Produção dos documentos orais	85
Tabela 3 - Transcrição de entrevistas	85
Tabela 4 - Eliminação no acervo oral	85
Tabela 5 - Classificação de documentos orais	85
Tabela 6 - Armazenamento de documentos orais	85
Tabela 7 - Mobiliário de armazenamento	86
Tabela 8 - Invólucro de acondicionamento de documentos orais	86
Tabela 9 - Higienização do acervo oral	86
Tabela 10 - Ambiente de armazenamento do acervo oral	86
Tabela 11 - Forma de divulgação do acervo	87
Tabela 12 - Âmbito de divulgação	87
Tabela 13 - Formação dos usuários do acervo	87
Tabela 14 - Origem dos usuários do acervo.....	87
Tabela 15 - Início programa tratamento arquivístico.....	88
Tabela 16 - Suporte da documentação arquivística	88
Tabela 17 - Aspectos de conservação	90
Tabela 18 - Armazenamento de documentos.....	90
Tabela 19 - Material do mobiliário de armazenamento.....	90
Tabela 20 - Divulgação do acervo.....	91
Tabela 21 - Origem dos usuários	91
Tabela 22 - Formação dos usuários	91
Tabela 23 - Instrumentos de pesquisa	91
Tabela 24 - Quantitativo de profissionais	92
Tabela 25 - Formação dos profissionais que tratam a documentação oral.....	92
Tabela 26 - Formação dos profissionais que tratam a documentação arquivística.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Andamento do programa de história oral.....	84
Gráfico 2- Existência de norma para regulamentar o programa de história oral	84
Gráfico 3 – Existência de comissão permanente de avaliação de documentos	88
Gráfico 4 - Existência de código de classificação.....	89
Gráfico 5 - Eliminação do acervo	89

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema da pesquisa	11
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 Justificativa	13
1.4 Metodologia	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Memória	19
2.1.1 Memória institucional.....	22
2.1.2 Memória organizacional.....	24
2.2 História oral: definição e usos	27
2.3 O trabalho da história oral e sua utilização em organizações	35
2.4 Documento oral	45
2.5 Arquivologia	52
2.6 Documento arquivístico	57
2.7 Relações entre documento oral e documento arquivístico	61
3. CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	67
3.1 Organização 1	67
3.1.1 Tratamento da documentação oral	67
3.1.2 Tratamento da documentação arquivística.....	69
3.2 Organização 2	70
3.2.1 Tratamento da documentação oral	71
3.2.2 Tratamento da documentação oral	72
3.3 Organização 3	73
3.3.1 Tratamento da documentação oral	74
3.3.2 Tratamento da documentação arquivística	75
3.4 organização 4	75
3.4.1 Tratamento da documentação oral	76
3.5 Organização 5	77
3.5.1 Tratamento da documentação oral	78
3.5.2 Tratamento da documentação arquivística	79
3.6 Organização 6	79
3.6.1 Tratamento da documentação oral	80
3.6.2 Tratamento da documentação arquivística	81
4. ANÁLISE DOS DADOS	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6. RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA	96
7. REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE – Questionário	104

1. INTRODUÇÃO

A preservação da memória organizacional é um assunto que vem ganhando destaque desde a década de 1920 (TOTINI; GAGETE, 2004, p.113) e tem se tornado relevante em organizações que dão valor tanto a seus registros documentais quanto às pessoas que fazem parte de sua história (p.119). Como metodologia para o resgate da memória de empresas, a história oral possibilita a gravação de depoimentos de funcionários e se apresenta como um complemento aos registros que os documentos escritos não incluíram.

Cabe à história oral reunir depoimentos e transformá-los em dados que se complementam, conforme ilustra Portelli (1981):

a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém foram um todo coerente depois de reunidos.

Para Corrêa (1978), um dos principais aspectos que deve ser considerado quando se estuda a história oral, é que ela contribui para a reconstrução de acontecimentos acrescentando fatos inéditos aos já conhecidos, provenientes de outras fontes.

O que interessa à História Oral é a experiência individual, única e inédita, de cada entrevistado. O valioso para a História Oral é poder se conseguir elementos novos sobre cada caso, elementos que ainda não foram registrados e, portanto, publicados. (CORRÊA, 1978, p. 31)

A história oral objetiva, conforme afirmação de Corrêa (1978), “preparar documentos gravados e transcritos” para uso futuro, “e não a publicação imediata”. Ainda de acordo com o autor, “existe a intencionalidade da formação do documento histórico” e o intuito de “preservar as memórias de pessoas”. Sem se esquecer do que, para ele, seria o objetivo maior da História Oral: “se transformar em fontes históricas de valor científico”.

Considerando uma organização como produtora de significados sócio-culturais (TOTINI & GAGETE, 2004) e sua memória como um de seus maiores

patrimônios (NASSAR, 2004), surge a questão de como organizar essas informações estratégicas. Nesse contexto de preocupação com o gerenciamento do conhecimento produzido por uma organização, é suscitado o conceito de resgate da memória organizacional que, para ser realizado, pode se utilizar de diversos meios, sendo a história oral uma das possibilidades.

O interesse em estudar as relações entre arquivos e história oral surgiu a partir de leituras sobre a arquivologia e sua interdisciplinaridade, ainda na graduação, e da descoberta de que a prática arquivística pode ser utilizada em associação com outras áreas do conhecimento.

De posse dessas informações, surgiu a inquietação que motivou o desenvolvimento dessa pesquisa: de que maneira a história oral e os arquivos podem se relacionar quando utilizados em uma organização que objetive gerenciar o conhecimento produzido internamente por meio do resgate de sua memória?

1.1 Problema da pesquisa

A utilização da história oral numa organização requer um projeto que, como qualquer outra pesquisa, necessita que todas as suas fases sejam bem desenvolvidas. Se bem implementado, o programa de história oral pode se tornar um instrumento estratégico para a organização que o desenvolveu.

A partir das informações coletadas com o uso dessa metodologia, a organização que a utiliza pode se valer de suas experiências passadas para respaldar decisões futuras e utilizar as histórias contadas por seus funcionários para organizar sua memória.

O resultado das atividades desse programa, o documento oral, se diferencia do documento arquivístico em alguns aspectos, mas principalmente em relação ao seu caráter intencional de formação de acervo para pesquisa futura: o documento oral é criado com o objetivo de servir como fonte de pesquisa, enquanto o documento arquivístico é criado para um fim imediato e pode ou não adquirir valor que justifique sua guarda para a pesquisa futura.

Esse trabalho se propõe a responder, por meio de uma metodologia específica, aos questionamentos que permeiam a relação entre o documento oral e o documento arquivístico quando analisados e comparados em um contexto específico de resgate de memória organizacional.

A partir daí, surgem questionamentos os quais este trabalho pretende responder: de que forma o documento oral e o documento arquivístico podem se relacionar? Quais são suas diferenças ou semelhanças em relação ao arquivamento, conservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices?

As respostas a essas perguntas serão obtidas a partir de um levantamento de dados junto a organizações que utilizem programas de história oral para o resgate de sua memória, para que seja identificada a maneira como o documento oral e o documento arquivístico são tratados em seu aspecto de formação, arquivamento, conservação e preservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices, em cada uma delas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a relação entre o documento oral e o documento arquivístico no contexto da preservação da memória organizacional.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar e comparar os conceitos e características de documento arquivístico e documento oral;
- Identificar diferenças e semelhanças entre o documento arquivístico e o documento oral em relação ao arquivamento, conservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices;
- Analisar as diferenças e semelhanças entre o documento arquivístico e o documento oral em relação ao arquivamento, conservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices a partir da prática de programas de história oral para o resgate da memória organizacional.

1.3 Justificativa

A “História Oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas” (BROWNE apud CORRÊA, 1978). Conforme relata Corrêa (1978):

A técnica, em, si consiste de entrevistas [...] através das quais podemos fazer com que o entrevistado explique determinados pontos ou relate fatos que a falta de outro material documental deixou obscuro. A entrevista é gravada em fita magnética, posteriormente transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí, dois tipos de documentos: o gravado e o escrito.

Por sua natureza, é possível que a História Oral seja confundida com uma metodologia de grande utilidade para pesquisas individuais, fato que é contrariado pela afirmação de que suas técnicas podem ser proveitosamente utilizadas também em organizações (ALBERTI, 1999), conforme proposta deste trabalho.

O que torna a história oral interessante é o fato dela se basear “na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva. Além disso, o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas” (THOMPSON, 1992).

Sobre a entrevista de história oral, Alberti (2004) aponta que:

(...) há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2004, p. 14)

Sobre a finalidade da história oral, Lima (apud PACHECO, 1994) aponta que:

A história oral também se apresenta com finalidades diversas. Para alguns sua finalidade primeira é criar documentação. Para outros, é responder a uma questão de pesquisa. Para outros ainda, conjugam-se ambas as finalidades... Ao se fazer, no entanto, este arquivo, o que se pretende é ver não a realidade que os documentos apresentam, mas a realidade do vivido... (LIMA apud PACHECO, 1994, p. 558).

A história oral possibilita “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1989). Numa empresa, isso significa a oportunidade de “criação de um banco de conhecimento sobre a história da criação, as experiências com o enfrentamento e a solução de problemas e valores relevantes para a instituição” (SANTOS, 2007).

Esse “banco de conhecimento” pode ser parte integrante do sistema de conhecimento citado por Moresi (2006), no qual o conhecimento de uma organização é armazenado num banco de dados corporativo.

Faz-se necessário esclarecer que os depoimentos recolhidos apenas se transformarão em elementos que agregam valor a organização quando forem processados “para que os dados ali contidos sejam capazes de gerar informação e, a partir desta, o conhecimento” (WORCMAN, 2004).

Esse conhecimento gerado a partir dos resultados da história oral deve ser entendido em sentido restrito, voltado para o contexto organizacional, conforme aponta Gutiérrez (2006). O autor completa:

A Gestão do Conhecimento pode ser entendida como sendo a disciplina que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é identificar, captar e compartilhar sistematicamente o conhecimento contido em uma organização, de modo tal que possa ser convertido em valor para a mesma. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 121)

A partir dessas ideias, pode-se dizer que a utilização da metodologia da história oral em um contexto de recuperação da memória de uma organização justifica-se pelo fato de ela ser um instrumento de Gestão do Conhecimento.

Gestão do Conhecimento “é um novo nome para uma preocupação antiga” (TEIXEIRA FILHO, 2000). Para Terra (2000) ela sempre existiu nas organizações e “o que é novo é o fato de ela estar se tornando um objetivo explícito ou mesmo uma área organizacional em algumas empresas”.

A definição de Gestão do Conhecimento é controversa e não é possível identificar um consenso sobre seus pressupostos nem mesmo na literatura clássica sobre o tema (GUTIÉRREZ, 2006).

Gutiérrez (2006) afirma que a Gestão do Conhecimento é a

(...) disciplina que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é identificar, captar e compartilhar sistematicamente o conhecimento contido em uma organização, de modo tal que possa ser convertido em valor para a mesma (GUTIÉRREZ, 2006, p. 121)

Mas esse conceito encontra opiniões contrárias como a de Wilson (2006), que afirma que “não existe gestão do conhecimento, uma vez que o conhecimento reside na cabeça das pessoas”. O autor justifica essa afirmação afirmando que

(...) conhecimento nunca pode ser capturado. Tudo que é capturado ou compartilhado são informações sobre o que sabemos. É bastante improvável que possamos alguma vez relatar a totalidade do que sabemos, em razão da multiplicidade de associações que qualquer coisa que sabemos tem com tudo o mais que conhecemos. (WILSON, 2006, p. 39)

Baker (2002) atribui as críticas à Gestão do Conhecimento ao fato de essa prática:

- Fazer uma associação com a gestão da informação e TI
- Afirmar que o conhecimento pode ser gerenciado
- Ser tão amplo e vago a ponto de ter pouco significado
- Enforçar as porcas e parafusos da criação, captura, compartilhamento, utilização e reutilização do conhecimento, em vez de proporcionar uma verdadeira visão e estratégia que transmita como as empresas baseadas no conhecimento vão funcionar e ter sucesso na nova economia baseada no conhecimento (BAKER, 2002, tradução nossa).

Porém, esse conhecimento a ser gerenciado deve ser considerado não como todo o conhecimento adquirido por um indivíduo ao longo de sua vida inteira, como pensam os autores que são contrários a essa prática, mas apenas aquela fração necessária ao desenvolvimento de atividades, as “habilidades necessárias para desempenhar bem as tarefas dentro da organização” (HISLOP apud McINERNEY, 2006).

Em uma organização a Gestão do Conhecimento “preocupa-se com o gerenciamento do conhecimento ‘tácito’, objetivando o desenvolvimento da capacidade das pessoas em ‘explicitar’ e compartilhar o seu conhecimento” (TARAPANOFF, 2006). Esse conhecimento, compartilhado por meio de um processo de Gestão do Conhecimento bem estruturado, “proporciona um melhor aproveitamento dos ativos intelectuais. Assim, as rotinas, processos, produtos e serviços, além do processo decisório, ganham dinamismo” (VALENTIM e GELINSKI, 2006, p.115).

Alguns fatores devem ser lembrados para que se obtenham bons resultados com essa prática. Deve-se considerar que

A Gestão do Conhecimento depende além do fator humano, da estrutura organizacional propriamente dita e das tecnologias de informação que servirão de interface e intermediarão o acompanhamento e utilização do conhecimento organizacional nas ações estratégicas da empresa, de uma cultura corporativa enraizada

favorável à prática da socialização do conhecimento e de um comprometimento com o processo. (VALENTIM apud MORAES e FADEL, 2008, p. 30)

Snowden (apud BAKER, 2002, tradução nossa) define a Gestão do Conhecimento como o processo de identificação, otimização e gerenciamento de ativos de capital intelectual, quer sob a forma de conhecimento explícito, realizada em artefatos ou como conhecimento tácito possuído por indivíduos ou comunidades.

Baker (2002, tradução nossa) reconhece que a Gestão do Conhecimento deve abordar tanto o conhecimento explícito e tácito, bem como a interação entre os dois e apresenta alguns dos mecanismos para que essa interação possa ser realizada.

De acordo com Worcman (2004, p.26), o objetivo de um programa de história oral que pretende reconstituir a memória de uma instituição é preservar o conhecimento intangível, aquele “conhecimento que está na cabeça e na experiência das pessoas”.

A memória de uma organização está representada não apenas em seus documentos, ela também se encontra representada de maneira tácita. Deve-se ressaltar que “a história da empresa não está necessariamente escrita” (WORCMAN, 2004). A intenção da história oral é ajudar a gerenciar esse conhecimento tácito, e seu papel é o de complementar os registros documentais, conforme afirma Alberti (1989, p.5):

(...) a produção deliberada do documento de história oral permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: determinados acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc (...)

A relação da história oral com os arquivos e demais instituições de consulta a documentos é bidirecional, pois enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início. (ALBERTI, 1989, p. 45)

Faz-se necessário aprofundar essas relações para caracterizar de maneira adequada a relação existente entre o documento arquivístico e o documento oral à luz dos conceitos da Arquivologia.

A Arquivologia se relaciona com a Ciência da Informação “por intermédio de um denominador comum, a informação” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.72). Considerando-se a informação como “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte” (LE COADIC, 2004, p. 4), pode-se afirmar que o estudo da utilização da metodologia da história oral com a finalidade de preservar a memória de uma organização a partir dos relatos de seus funcionários, mantém uma relação direta com a Ciência da Informação por abordar a origem, reunião, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação” (CAMARGO & BELLOTTO, 1996), seu objeto.

O âmbito de ação da história oral se amplia gradativamente e já não se limita exclusivamente aos domínios dos historiadores e demais cientistas sociais, porquanto em certos casos ela é também empregada por alguns grupos sociais interessados em construir suas próprias versões de seu acontecer histórico. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 17)

O método utilizado pela história oral

(...) compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recompiladas ou acessíveis. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 16)

Apesar dessa semelhança com o método histórico tradicional apontada por Aceves Lozano, a história oral também possui suas peculiaridades. De acordo com Portelli (2001)

Na teoria (e na prática), a história oral pode ser sobre qualquer coisa; ser aberta e fechada em todos os níveis é uma de suas características formais distintivas. Creio, entretanto, que no âmago da história oral, em termos epistemológicos e práticos, repousa um profundo foco temático, que a distingue de outras abordagens e disciplinas também baseadas em trabalho de campo e entrevistas, tais como antropologia, sociologia, folclore: a combinação entre a prevalência da forma narrativa, de um lado, e a pesquisa por uma

conexão entre biografia e história, entre experiência individual e as transformações da sociedade, de outro. (PORTELLI, 2001, p. 14)

Essa peculiaridade, no entendimento do autor, e a possibilidade de ser aplicada sobre “qualquer coisa”, permite afirmar que, proveitosamente, “as empresas que buscam coligir sua memória oral para reforçar sua identidade” (JOUTARD, 2000), podem utilizar a história oral para a realização desse objetivo.

1.4 Metodologia

Este trabalho se propôs a discutir a relação existente entre história oral e arquivos, a partir da análise dos documentos gerados a partir da aplicação prática dessas duas áreas: o documento oral e o arquivístico, respectivamente. A partir dessa discussão será possível identificar o tratamento arquivístico dispensado a documentos orais em organizações que utilizam essa metodologia para a preservação de sua memória.

A pesquisa foi aplicada em organizações que utilizam programas de história oral para recolher depoimentos de seus funcionários, numa tentativa de resgate de sua memória organizacional. Ela pode ser classificada como exploratória (GIL, 1995), pois tem o “objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. No caso, a relação existente entre história oral e arquivos.

A metodologia de trabalho encontra-se dividida em duas fases. A primeira é a realização de uma pesquisa bibliográfica, envolvendo levantamento de fontes de informação primárias e secundárias para o embasamento teórico. As obras que compõem essa fundamentação abordam os conceitos de História Oral, Memória, Memória organizacional, Arquivologia e documento oral, sendo Alberti, Bellotto, Thompson, Rousseau & Couture, Nassar e Moresi, os principais autores analisados. Para o estudo do conceito de Gestão do Conhecimento são Gutiérrez, Tarapanoff e Wilson os autores analisados.

Nessa etapa o objetivo das leituras realizadas foi o de analisar os conceitos de documento arquivístico e documento oral para que uma comparação dessas definições fosse realizada posteriormente.

A fase seguinte foi o levantamento de dados em organizações que utilizam a metodologia da história oral para resgate de sua memória. Em um primeiro momento, o contato foi feito via telefone, explicitando os objetivos da pesquisa e, posteriormente, foram enviados questionários por correio eletrônico para a coleta de dados.

Esse instrumento de coleta de dados é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistado” (MARCONI & LAKATOS, 1991). Uma de suas vantagens é obter “respostas mais rápidas e precisas”.

Os questionários privilegiaram a captação de dados referentes à implementação do programa de história oral e à maneira de aquisição, conservação e preservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices e arquivamento dos registros resultantes de sua aplicação, além do tratamento que o documento arquivístico recebe nessas organizações, comparando-os com o documento oral ali produzido.

A conclusão dessas fases se deu com a análise e apresentação dos resultados da aplicação dos questionários. De posse dos resultados, será possível atingir o objetivo geral da pesquisa que é o de compreender a relação entre o documento oral e o documento arquivístico no contexto da preservação da memória organizacional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Memória

De acordo com Lodolini (apud JARDIM, 1996) “desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado”. A memória, “no sentido

básico do termo, é a presença do passado” (ROUSSO, 2006). A respeito dos aspectos históricos da memória e da evolução desse conceito, Aires (2005) afirma que

Da literatura a filosofia, da química a biologia, da antropologia a história, o desejo em compreender o que é *memória* tem sido algo recorrente através dos séculos. Muitas são as interpretações, muitas as vertentes científicas e muitas também são as dúvidas que insistem em aparecer e permanecer mesmo depois de descobertas em muitos campos. (AIRES, p. 1, 2005)

Para Izquierdo (2005), a memória, em uma conceituação ampla, é:

(...) a aquisição, conservação e evocação de informações. A aquisição se denomina também *aprendizado*. A evocação também se denomina *recordação* ou *lembrança*. Só pode se avaliar a memória por meio da evocação. A falta de evocação de muitas memórias denomina-se *amnésia* (IZQUIERDO apud AIRES, p. 1, 2005, grifo do autor)

Alberti (2004) estabelece o papel da história oral na tentativa de recuperação da memória:

(...) a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Note-se que, se chamo isso de *ação* é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra. (ALBERTI, 2004, p. 35)

Para Bergson:

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens. (BERGSON apud BOSI, 2006, p. 46)

A partir dessa afirmação, Bosi assume que

(...) a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2006, p. 46-47).

Conforme o parágrafo anterior, por meio da memória, o passado se incorpora ao presente e influencia a percepção do que ocorreu. A memória não

recupera o que foi vivido em sua totalidade, sua função “não é preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente” (LOWENTHAL apud JARDIM, 1996).

Por meio da história oral o passado é intencionalmente recuperado. Nesse processo, o que foi vivido se torna conhecido e traz consigo os aspectos emocionais de quem de quem está fazendo o relato:

(...) o passado emerge quando o hoje o permite. E isso se dando de diversas formas, segundo diferentes necessidades de quem recorre a esse passado. O ato de memória reveste-se assim de uma intencionalidade que transcende a perspectiva de ‘conhecer o passado’, reconstruí-lo, propondo, nesse caso, a revivê-lo, na sua passionalidade, na capacidade de deixar vir à tona as memórias, com toda a carga afetiva que elas possuem e que irá, também, delimitar ações e reações necessárias ao exercício político, seja ele individual ou coletivo, marcando identidades e lutas. (SANTOS, 2007, p. 85).

A memória pode ser resgatada¹ a partir de seu registro em documentos, pois eles “onde quer que estejam organizados – nos arquivos, nas bibliotecas ou nos museus, nas idéias, nos gestos e nas palavras – constituem os traços ou os materiais da memória” (COSTA, 1992).

A memória possui traços diferenciados que se materializam tanto na cultura de um povo, de um país, quanto nas idéias daqueles que constituem um grupo, uma cidade, uma nação. É memória uma data significativa, uma festa de aniversário, o folclore, a música, o retrato na gaveta, o álbum de família, o arquivo pessoal, a biblioteca do município, os arquivos públicos e eclesiásticos, o vídeo sobre um evento, as ruínas de antigas cidades, um negativo de vidro, um machado de pedra, uma espécie em extinção... (COSTA, 1992, p. 68)

A respeito dos termos utilizados para se referir à recuperação da memória, Jardim (1996) aponta que:

Recorre-se atualmente, com muita frequência, à temática da **memória**, expressão de interesses e paixões e objeto de um campo interdisciplinar. Diversos termos tendem a ser associados à memória: resgate, preservação, conservação, registro, seleção, etc. Neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como **dado** a ser arqueologizado e raramente como **processo** e **construção sociais**. (JARDIM, 1996, p.1, grifo do autor).

¹ O termo resgate é amplamente utilizado na literatura relacionada à memória e memória organizacional. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que esse “resgate” não ocorre de maneira integral, recuperando o passado tal qual ocorreu. A memória deve ser considerada como “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 2006). Desta forma, o passado “resgatado” não será fiel a todos os fatos ocorridos. É importante lembrar que “a memória é, por excelência, seletiva. Guardamos aquilo que por um motivo ou outro tem ou teve significado em nossas vidas”. (WORCMAN, 2004).

Adotando o aspecto indicado por Jardim (1996), da memória considerada também como uma construção social, além de um dado passível de um processo de recuperação, Santos (2007) aponta que

Expressam-se, pois, nos exercícios de memórias, as afetividades e subjetivações dos sujeitos nas suas mais diferentes ações. Porque se se lêem as memórias como propostas e respostas políticas colocadas ao presente, a investida de pesquisa histórica necessita perceber que o encontro do passado não é meramente um exercício de “recuperação” do mesmo. O passado ganha uma efervescência que responde a desafios não dele em si, mas do tempo presente, pontuado por disputas colocadas ao sujeito pelo meio social. Daí que nessa abordagem da memória seu caráter político-afetivo não pode ser descartado, mas sim apreciado como possibilidade de expressão de subjetividades e sensibilidades que têm importância nas ações dos sujeitos e, claro, na história passível de ser construída a partir da vivência dos mesmos. (SANTOS, 2007, p. 86).

Aplicando-se a noção de memória ao contexto de organizações, é possível identificar dois conceitos principais utilizados na literatura sobre o tema: memória organizacional e memória institucional. Costa (1997) justifica a existência desses dois conceitos:

É muito comum confundir-se organização com instituição. Há uma perspectiva economicista e outra jurídicista, que tendem a tratar uma como sinônimo da outra. A perspectiva economicista, herdeira do utilitarismo inglês, vê a organização como uma instituição. Talvez se deva tal confusão ao fato de que toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social. A prática é primeira e se impõe no processo de institucionalização. (COSTA, 1997, p. 50).

Ainda a respeito da utilização da memória em empresas, Ribeiro e Barbosa (2005) apontam que:

As empresas procuram, no passado, elementos que possam servir como referência comum para manter a coesão interna. Com isso, formam-se quadros de representação simbólica que funcionam como bases de identificação e de coerência no tempo para seus executivos e funcionários. Mas o passado também fornece referências externas, que permitem as empresas se autorreferenciarem e construírem uma imagem de si mesmas, procurando através dela se legitimarem. (RIBEIRO e BARBOSA, 2005, p. 106)

2.1.1 Memória institucional

De acordo com Costa (1998)

(...) **uma instituição** pode ser vista como forma fundamental de saber-poder, que se reproduz em práticas sociais, as quais constituem hábitos que, por sua vez, se nutrem de memórias. As instituições selecionam os discursos que fazem circular como verdadeiros: o que deve ser produzido, selecionado, preservado,

recuperado, bom como aquilo que deve permanecer em **silêncio**. (COSTA, 1998, p. 70, grifo do autor)

A **memória institucional** parece invadir as fronteiras do quadro temporal, para suscitar questões do vivido. O que ontem era ocultado, silenciado, segregado, pode hoje se apresentar como realidade a ser (re)vista no campo institucional. (...) A voz do passado reverbera no presente. Os discursos retornam, se reatualizam e, ao fazê-lo, são sustentados e reforçados pelas instituições. A memória institucional é um permanente jogo de informações, que se constrói em práticas discursivas. (COSTA, 1998, p. 71, grifo do autor)

Sobre esse conceito, Costa afirma que

É preciso, pois, analisar o conceito de memória institucional como um híbrido que comporta o **mesmo** e o **outro**. Num jogo de relações múltiplas, há aquilo que é da ordem da repetição do mesmo (hábitos e rotinas, por exemplo), sem a qual a instituição fraqueja e se quebra, mas há também o outro, aquilo que difere, alimentando e realimentando as práticas institucionais. De que se trata? A memória está em ambos os casos, só que de formas diferentes. No primeiro caso, a repetição é identidade, representação; no segundo caso, podemos ver a interrupção da série e a produção do novo, do outro, do inteiramente diverso. (COSTA, 1998, p. 71, grifo do autor)

Matos (2004) apresenta uma conceituação para o termo memória institucional sob o enfoque da arquivologia:

[A memória institucional] constitui-se como informação arquivística e, ao mesmo tempo, detêm as propriedades de informação estratégica. Ou seja, do ponto de vista arquivístico, a memória institucional é percebida como conteúdo passível de ser organizado segundo os seus princípios, o que caracteriza os documentos associados À memória institucional como fonte de informação de natureza arquivística. (MATOS, 2004, p. 62)

A respeito da construção da memória institucional, Matos aponta que:

Podemos compreender a memória como um teatro, fazendo menção a uma divisão que haveria entre uma região interior da memória institucional (onde a representação de uma rotina é preparada) e uma região exterior da memória social (onde a representação é apresentada), ou seja, escolhe-se aquilo que vai ser mostrado e o que deve ser ocultado. Infere-se daí que durante toda a dinâmica de constituição da memória institucional, as informações estão sendo controladas, se não intencionalmente, subjetivamente. Com efeito, ainda que a competência da tecnologia mantenha a memória dos processos burocráticos e oficiais armazenadas em detalhes, o caráter da informação ganha impessoalidade neste processo e se atrela a um padrão discursivo de memória. Por padrão discursivo de memória queremos identificar o conjunto preparado das versões individuais selecionadas para uma versão oficial da memória institucional. (MATOS, 2004, p. 53)

(...) Para garantir que a memória, em um ambiente institucional, seja a mais fidedigna possível à trajetória dos indivíduos, deve-se trabalhar com um número representativo de fontes e registros de informação no presente, organizada e acessível, de forma que o pesquisador ou o público que visita uma exposição possa ter um 'retrato' aproximado da realidade representada nos documentos e objetos disponibilizados. (MARQUES, 2007, p. 33)

A respeito da definição do termo memória institucional, Santos aponta que:

Memória Institucional é um conceito a ser definido na dinâmica do conhecimento e de acordo com a experiência adquirida no tempo. No entanto, tem-se como pressuposto que esta memória é um processo em construção, do qual fazem parte todos aqueles que passaram ou que aqui estão desenvolvendo suas aptidões no cotidiano da Instituição, sem os quais esta não existiria. (SANTOS, 1992, p. 32)

2.1.2 Memória organizacional

O termo memória organizacional é controverso. Defini-lo é uma tarefa complexa, pois nele “não está claro se informações processadas, derivadas principalmente de um trabalho em organismos biológicos, podem ser estendidas para os fenômenos sociais e organizacionais”. (WALSH & UNGSON, 1991, p. 59, tradução nossa).

A memória de uma organização está representada não apenas em seus documentos, ela também se encontra representada de maneira tácita. É o que defende Morrison (1997) ao afirmar que

(...) quando o termo “memória organizacional” foi cunhado no final dos anos 1970, seu significado foi considerado como um repositório de dados organizacionais (documentos em papel, orçamentos, estatísticas, dados do banco de dados de computador, etc) que ajudaram memórias humanas no processo decisório. Mais recentemente, pesquisadores têm sugerido que uma componente significativa da memória da organização ainda reside apenas na memória humana. (MORRISON, 1997, p. 1, tradução nossa).

Yates (apud MORRISON, 1997) define a memória organizacional como uma ferramenta capaz de ajudar uma organização a armazenar e recuperar conhecimento dos fatos, processos ou experiências. Pois ela é uma alternativa “para guardar, representar e compartilhar o conhecimento organizacional” (MORESI, 2006).

Stein e Zwass (apud JENNEX & OLFMAN, 2004) definem memória organizacional como o peio pelo qual o conhecimento do passado exerce

influência sobre as atividades atuais, resultando em maior ou menor grau de efetividade organizacional.

Heijst (apud Abecker et al, 1997) acredita que a memória organizacional pode “melhorar a competitividade de uma organização, melhorando a forma como gera os seus conhecimentos”.

Abecker et al (1997) apresenta a memória organizacional como um sistema ativo que armazena o conhecimento gerado na organização e o dissemina independentemente de provocação de seus usuários.

Para esse autor,

O objetivo final de uma memória organizacional é fornecer o conhecimento necessário sempre que for preciso. Para garantir isso, a memória organizacional realiza uma abordagem de divulgação ativa de conhecimento que não depende de consultas dos usuários, mas fornece automaticamente conhecimento útil para resolver a tarefa em mãos. (ABECKER et al, 1997)

Para Conklin (1992) a memória organizacional é "o registro de uma organização que é personificada em um conjunto de documentos e artefatos". Mas esse conhecimento ultrapassa o limite documental e também pode ser encontrado “na mente dos seus empregados e nas relações que os funcionários estabelecem para realizar o trabalho" (CROSS e BAIRD, 2000, tradução nossa).

Walsh & Ungson (2001) apresentam três papéis que a memória organizacional pode desempenhar em uma organização:

A consideração da memória organizacional revela que ela desempenha três papéis importantes dentro das organizações. Primeiro, ela desempenha um papel informacional. O conteúdo de informação que está alojado em instalações retidas na memória pode contribuir para uma tomada de decisão eficiente e eficaz (particularmente nas fases de decisão). Em segundo lugar, a memória organizacional cumpre uma função de controle. Pode reduzir os custos de transação que são frequentemente associados com a implementação de uma nova decisão. Os "O que é" e "como" que podem ser alojados em muitas das caixas de armazenamento servem para moldar eficazmente os comportamentos desejados, sem incorrer em custos de monitoramento caros. Em terceiro lugar, a memória organizacional pode desempenhar um papel político. O controle de informação cria uma fonte de dependência com a qual os indivíduos ou grupos no poder são capazes de influenciar as ações dos outros. A filtragem de informação específica da memória que suporta uma agenda particular pode servir como um meio de reforçar e sustentar o poder (WALSH & UNGSON, 1991, p. 73, tradução nossa).

Neste trabalho será utilizado o termo memória organizacional para fazer referência ao conhecimento, gerado no âmbito da organização, recuperado por meio da utilização da história oral como instrumento.

Essa escolha se deve ao fato de ser possível afirmar, conforme justificativa deste trabalho, que a utilização da metodologia da história oral em um contexto de recuperação da memória de uma organização, pode ser considerada como um instrumento de Gestão do Conhecimento.

A gestão do conhecimento pode ser vista como o conjunto de atividades que busca desenvolver e controlar todo tipo de conhecimento em uma organização, visando à utilização na consecução de seus objetivos. Este conjunto de atividades de ter como principal meta o apoio ao processo decisório em todos os níveis. Para isso, é preciso estabelecer políticas, procedimentos e tecnologias que sejam capazes de coletar, distribuir e utilizar efetivamente o conhecimento, bem como representar fator de mudança no comportamento organizacional. (MORESI, 2001, p. 137 – 138)

Esse conhecimento a ser gerenciado é o tácito, aquele que é “difícil de ser articulado na linguagem formal” (MORESI, 2001).

É o conhecimento pessoal incorporados à experiência individual e envolve fatores intangíveis como, por exemplo, crenças pessoais, perspectivas e sistemas de valor. O conhecimento tácito reflete nossa imagem da realidade (o que é) e nossa visão do futuro (o que deveria ser). Apesar de não poderem ser articulados muito facilmente, esses modelos implícitos moldam a forma com que percebemos o mundo à nossa volta. (MORESI, 2001, p. 135).

E é esse conhecimento que, quando recuperado e compartilhado no âmbito organizacional, permite uma aprendizagem que ultrapassa o aspecto individual. A história oral ajuda nessa partilha de conhecimento registrando as impressões individuais e divulgando-as na organização.

Em geral, uma organização pode existir independente dos indivíduos particulares, mas deve-se reconhecer que os indivíduos adquirem informações nas atividades de resolução de problemas e tomada de decisão. Este foco em atividades cognitivas individuais como o elemento central na aquisição de informações da organização, reflete uma construção ativa da memória. No entanto, as interpretações dos problemas e soluções variam com os indivíduos. O fio de coerência que caracteriza as interpretações organizacionais é possibilitada através da partilha de interpretações. Assim, através deste processo de partilha, o sistema de interpretação organizacional, em parte, transcende o nível individual. É por isso que uma organização deve preservar o conhecimento do passado, mesmo quando os principais membros da organização sair (Weick & Gilfillan, 1971). (WALSH & UNGSON, 1991, p. 61, tradução nossa)

2.2 História oral: definição e usos

De acordo com Browne (apud CORRÊA, 1978, p.13) a história oral é uma “designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais”.

Para Portelli (2001), a definição de história oral está contida em seu próprio termo “a *história oral* é uma forma específica de discurso: *história* evoca uma narrativa do passado; *oral* indica um meio de expressão”.

Os autores citados apresentam a história oral como uma técnica utilizada para recolher testemunhos do passado por meio da expressão oral (PORTELLI, 2001) das memórias dos entrevistados (BROWNE apud CORRÊA, 1978, p.13).

Mas o conceito de história oral não é consenso na literatura. Alguns autores a consideram como uma técnica de coleta de dados (NIETHAMMER apud FRANÇOIS, 2006), enquanto outros a apresentam como uma metodologia (FERREIRA, 2002 ; THOMSON, 2000) que busca conhecer, por meio de entrevistas, as memórias ou o conhecimento de pessoas. Ela também é definida como uma disciplina voltada para o estudo do passado (GUARINELLO,1998) e como “um método de pesquisa histórica” (ACEVES LOZANO, 2006).

De acordo com Niethammer (apud FRANÇOIS, 2006), a história oral é uma “técnica de investigação própria da história do século XX”. Para Meihy (2007), “história oral é bem mais do que um fazer registrado de perguntas e respostas”. Essa idéia é compartilhada por Aceves Lozano (2006), que defende que a história oral não é um mero procedimento técnico.

Eu partiria da idéia de que a “história oral” é mais do que uma decisão ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro. (ACEVES LOZANO, 2006, p.16)

Outros autores, como Ferreira (2002) atribuem à história oral o status de método de pesquisa.

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor

compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades. (FERREIRA, 2002, p.330)

Ainda sobre a característica atribuída à história oral de produção de novas fontes de pesquisa, Aceves Lozano aponta que

A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 17)

O autor afirma que as fontes produzidas a partir da história oral trazem elementos originais, complementando as informações já existentes sobre o assunto estudado.

(...) lo cierto es que um elemento característico de la historia oral es producir nuevas fuentes, pero guiados por la Idea de aportar algo original; ya que no solo escogieron sujetos sociales descuidados por otros, sino que intentaron abordarlos a partir de examinar com mirada crítica todas las fuentes existentes y producir las que no existían (...) (ACEVES LOZANO, 2000, p. 12)

A história oral também é considerada como uma disciplina. Para Guarinello (1998), “a história oral é uma disciplina voltada para o passado, para a produção de memória a partir dos vestígios do pretérito existentes no presente”. Sobre a indefinição que cerca a utilização do termo história oral, Meihy pontua que

No caso da aceitação da história oral como “disciplina”, seus objetos seriam os estudos de: memória, identidade. Na alternativa de “área de conhecimento”, a história oral existiria por si e para a sociedade que pode gerar mecanismos próprios de reflexão, manifestação natural do convívio social prenhe de memórias e carente da construção de pólos identitários. Neste caso, equivaleria à narrativa em seu sentido mais pleno e à fome de registros que se operam em instituições que vivem alheias à universidade. (MEIHY, 2007, p. 15-16)

A definição de Alberti (1989) engloba os conceitos anteriores:

Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão impreciso? Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 1989, p. 2)

Neste trabalho, consideraremos a definição de Aceves Lozano (2006), que considera a história oral de uma maneira mais abrangente a conceitua como

(...) um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Desta forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão e versão* que dimanam do interior e do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 16, grifo do autor).

Essa definição é corroborada por Ribeiro (2007)

(...) é importante lembrar que a história oral ganha campo fora da academia e nesse espaço ela tem sido usada livremente de diversas formas: como ferramenta, como técnica, como metodologia, como saber ou como tecnologia social. Seja como for, não se pode negar que tem sido uma forma de conhecer melhor a realidade que nos cerca. (RIBEIRO, 2007, p. 43)

Diferenciando o método empregado pela história oral das demais ciências sociais, Corrêa (1978) aponta que

A História Oral é essencialmente uma história de vida, que ao historiador ou ao pesquisador interessa somente aquela determinada pessoa que presta informações, pois só ela tem condições para tal, por suas experiências. Um conjunto de entrevistas de História Oral não serve para uma análise quantitativa como o fazem as outras ciências sociais, mas completa-se entre si com informações variadas em função de vivências pessoais distintas e, portanto, com pontos de vista também diferentes do mesmo fato. Aí está a diferença entre as entrevistas aplicadas nas Ciências Sociais e na História Oral: elas preocupam-se em quantas pessoas pensam ou fazem igualmente determinada coisa, enquanto que a História Oral preocupa-se justamente pelos pensamentos e fazeres diferentes relativos ao mesmo assunto. (CORRÊA, 1978, p. 14)

De acordo com Alberti (1989), a aplicação da história oral não se restringe a um único campo do conhecimento.

Não se pode dizer que ela pertença mais à história do que à antropologia, ou às ciências sociais, nem tampouco que ela seja uma disciplina específica das ciências humanas. Desse modo, ela não encerra um estatuto independente, ao contrário: sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno pluridisciplinar. (ALBERTI, 1989, p. 1)

Para que a história oral seja aplicada a diversas áreas do conhecimento, não ficando restrita à história, faz-se necessário que seu conceito não seja reducionista. Não cabe restringir a história oral a uma técnica, metodologia ou disciplina quando o interesse for aplicá-la a outros contextos e realidades que

não os de sua origem. Nesses casos, a história oral deve ser considerada de maneira abrangente, capaz de acolher em sua definição suas possibilidades de aplicação.

Portanto, neste trabalho, os termos a serem utilizados para fazer referência à história oral não terão o objetivo de reduzi-la a uma única definição, e sim considerar suas amplas possibilidades de conceituação – disciplina, técnica, método.

A respeito do histórico da história oral, Aceves Lozano (2006) aponta que “a história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (p. 16).

Historicamente, este método de aproximação do objeto de estudo não é nada recente. Já Heródoto e Tucídides lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados. Acontece que à época não se tinha o recurso do gravador para registrar tais relatos e, portanto, transformá-los em documentos de consulta. Sabe-se hoje que, desde a Idade Média até antes do advento do gravador, o recurso a relatos e depoimentos para a reconstituição de acontecimentos e conjunturas não era tão incomum quanto se poderia imaginar. No século XIX, entretanto, com o predomínio da história “positivista” e a quase sacralização do documento escrito, a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano. Considerava-se que o depoimento não poderia ter, digamos, valor de prova, já que era imbuído de valores, de uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória. (ALBERTI, 1989, p. 2)

A história oral se reafirmou no início na década de 1920, com o historiador Allan Nevins. Foi ele que, após a popularização dos aparelhos de gravação, desenvolveu os primeiros projetos de história oral em nível acadêmico, por volta de 1948 (CORRÊA, 1978).

O estudo da oralidade veio sendo ensaiado a partir da antropologia, no âmbito da pesquisa dos processos de transmissão das tradições orais, principalmente aquelas pertencentes a sociedades rurais, onde os modos de transmissão e conhecimento ainda transitam, de maneira relevante, pelos caminhos da oralidade. A tradição oral foi, então, um objeto de conhecimento constitutivo do *corpus* teórico da antropologia e também um meio de aproximação e interpretação das culturas abordadas. Mas a questão da oralidade ultrapassou o campo específico da antropologia, e agora é objeto de estudo de outras disciplinas, como é o caso, atualmente, da corrente historiográfica denominada “história oral”. (ACEVES LOZANO, 2006, pág.s 16 e 17, grifo do autor).

A respeito do processo de reafirmação da história oral enquanto, Alberti (1989) afirma que

Foi apenas na segunda metade do século XX (...) que a história oral voltou a se firmar como potencial de estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais. Atribui-se a esse “renascimento” uma espécie de insatisfação dos pesquisadores com os métodos quantitativos de investigação. (ALBERTI, 1989, p. 2)

Sobre o surgimento da história oral, Ferreira (2002) aponta que

A coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 1940 com o jornalista Allan Nevins, que desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos. Esse programa veio a constituir o Columbia Oral History Office, organismo que serviu de modelo para outros centros criados nos anos 50 em bibliotecas e arquivos no Texas, Berkeley e Los Angeles. Esse primeiro ciclo de expansão do que se chamou de história oral privilegiou o estudo das elites e se atribuiu a tarefa de preencher as lacunas do registro escrito através da formação de arquivos com fitas transcritas (FERREIRA, 2002, p. 9).

O que foi possível observar nesse primeiro período de desenvolvimento da história oral foi um foco voltado para a história das elites. Sua utilização em outras parcelas da sociedade aconteceu em outro momento.

A plena expansão desse processo, que constituiu um verdadeiro boom, teve lugar apenas na segunda metade dos anos 60, prolongando-se ao longo da década de 1970, especialmente nos EUA. As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social — uma história oral militante. (FERREIRA, 2002, p. 9)

Sobre a interdisciplinaridade da história oral, Aceves Lozano aponta que

El desarrollo de la historia oral contemporânea há sido moldeado desde el principio por esta interrelación con diversas disciplinas sociales y humanas, por lo que su consolidación no es sólo una derivación de la historia social, sino que es resultado de una matriz de aportaciones plurales respecto a conceptos, métodos, técnicas, jerarquía em los sujetos de investigación, modos analíticos, forma y estilos de difusión y socialización de los resultados. (ACEVES LOZANO, 2000, p. 13)

No Brasil a história oral começou a se desenvolver quando em outros países já estava consolidada. De acordo com Corrêa (1978), a Universidade Federal de Santa Catarina foi pioneira ao oferecer a disciplina Técnicas de História Oral em seu programa de pós-graduação em História, em 1974.

As primeiras experiências sistemáticas no campo da história oral no Brasil datam de 1975, a partir de cursos fornecidos pela Fundação Ford. Esses cursos foram ministrados na Fundação Getúlio Vargas,

no Rio de Janeiro, e voltavam-se para um público de professores e pesquisadores de história e ciências sociais oriundos de diferentes instituições. Pretendia-se difundir o uso da metodologia de maneira a implantar programas de história oral em diferentes universidades e centros de pesquisa por todo o país, privilegiando a investigação de temas de interesse local. Pretendia-se também estabelecer canais regulares de intercâmbio entre esses pesquisadores através da criação de uma associação de história oral. (FERREIRA, 1998, p. 19, 20)

Mesmo com essa evolução e crescente número de adeptos no Brasil e no mundo, a história oral ainda não tem sua utilização completamente aceita, como aponta Aceves Lozano.

Hoje a proposta metodológica da história oral é bem mais aceita e já faz parte do arsenal de história e outras disciplinas sociais afins. Já se reconhece a existência de uma tradição acadêmica em muitos lugares do mundo e mesmo em nosso país, em áreas onde se difundiram sistematicamente e se empreenderam modernos projetos de pesquisa cujo ponto de partida e cujo eixo principal foram a história oral. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 16)

As palavras de Aceves Lozano (2006) apresentam uma história oral em fase de amadurecimento, mas com muito reconhecimento já conquistado ao longo desses anos de sua utilização. É possível perceber com esse trecho que ainda há o que ser desenvolvido para uma maior aceitação da história oral.

A história oral já não tem que lutar constantemente para reivindicar um espaço no âmbito das ciências sócias, pois sua proposta metodológica adquiriu validade e competência; entretanto, o que ela pretende atualmente é mostrar sua potência, sua riqueza, suas dúvidas, seus problemas, seus desafios e seus resultados. A história oral não é aquele caminho que mal se avista, com todo um horizonte a ser percorrido. Agora já existe um trabalho e uma experiência acumulada, a partir da qual é necessário examinar o caminho percorrido, antes de pretender seguir adiante. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 18)

De acordo com o autor, apesar de ter conquistado seu espaço e possuir uma experiência consolidada, a história oral “não é um método terminado, regularmente está se construindo na prática” (ACEVES LOZANO, 2000).

Assim como o conceito de história oral é controverso e suscita algumas discussões, o seu uso também é polêmico e recebe críticas. De acordo com Harres (2008) “o uso sistemático de fontes orais na pesquisa histórica ainda é relativamente recente, não é um método acabado e nem possui fórmulas prontas, sendo ainda objeto de avaliação e discussão muitos aspectos dessa metodologia.”

Uma de las características negativas de la historia oral, y que provoca continuos celos entre los historiadores más tradicionales es el carácter generalizado y sumamente indiscriminado de las formas em que se manifiesta. La aparente sencillez com que se graba uma entrevista a outra persona, y la facilidad para adquirir los médios com qué hacerlo, traen por consecuencia que hagan “historia oral” personas carentes de la preparación idónea para hacerlo como es debido. Los resultados pueden ser tan profundos como el análisis que realicen dos físicos estudiosos sobre la repercusión de la teoria de la relatividad em las investigaciones científicas del siglo XX, o tan insustancial y banal como el pueril intento de imitar uma entrevista periodística por televisión. (MOSS & MAZIKANA, 1986, p. 19)

Considerando-se que a história oral “capta uma situação que se movimenta na memória de pessoas, narradores ou discursos coletivos” (MEIHY, 2007, p. 19) e que “a memória sofre um processo seletivo que lhe é inerente, resultante da capacidade de lembrar, de fazer presente, de trazer à tona conteúdos” (COSTA, 1992), uma parte das críticas que a história oral recebe se concentra nesse aspecto, o da dificuldade em resgatar a memória de maneira fidedigna.

(...) a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as s assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não mais contemporâneos. Mas o emprego do método, a realização de entrevistas, pressupõe o estudo de acontecimentos e/ou conjunturas ocorridos num espaço de aproximadamente 50 anos. (ALBERTI, 1989, p. 4, grifo do autor)

Deve-se considerar que

(...) A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 2006, p. 55)

De acordo com Thomson (2000), para os que se mostravam contrários à utilização da história oral, existia “a convicção de que a memória seria distorcida pela deterioração física, na velhice, pela nostalgia, pelos preconceitos pessoais – tanto do entrevistador quanto do entrevistado - e pela influência das versões retrospectivas e coletivas do passado”.

Como vários pesquisadores já afirmaram, memórias são falhas porque têm como referência perspectivas sempre parciais de um acontecimento do passado. Mas é importante lembrar que afirmar que elas são parciais não é o mesmo que dizer que são arbitrarias. (RIBEIRO, 2007, p. 39)

Para Pacheco (1994),

Numa sociedade onde a tecnologia avança vertiginosamente e as informações tornam-se rapidamente obsoletas, manter documentos, imagens, relatos e registros de fatos já ocorridos parece perda de tempo e esforço. Boa parte do que se faz permanece na memória das pessoas, o que nem sempre garante a recuperação correta dos dados quando necessário. (PACHECO, 1994, p. 558).

Além da questão da possibilidade de distorção dos relatos por falhas na própria memória do entrevistado, deve-se considerar também a imparcialidade que pode ocorrer no processo de entrevista por interferência do entrevistado.

O principal compromisso do historiador é com a verdade. Entretanto, verá que, em cada entrevista, principalmente as realizadas com pessoas de grupos diferentes, opostos ou contrários ao mesmo assunto, a verdade está em cada uma delas; que a verdade histórica é, pois, relativa. Para preservar esta relatividade da verdade histórica do ponto de vista da fonte fornecedora das informações, o historiador tem o grande compromisso ético de conservar-se o mais imparcial possível durante as entrevistas. Esta imparcialidade deverá ser no sentido de que a condução da entrevista, através de perguntas ou sugestões de perguntas, não demonstrem qualquer tipo de tendência parcial de suas idéias para não influenciar as respostas do informante. (CORRÊA, 1978, p. 78)

Com o passar do tempo, a aceitação e a utilização da história oral tem aumentado e já existe “o reconhecimento de que a, assim chamada não confiabilidade da memória pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e a reconstrução históricas” (THOMSON, 2000).

Contudo, essa mudança de conceito com relação à história oral não é suficiente para que ela seja aplicada sem resistências. É o que afirma Ferreira (2002).

Entretanto, apesar dessas transformações, o debate a respeito da legitimidade da história oral não é assunto resolvido. São constantes as avaliações de historiadores de diferentes países ou que trabalham com diferentes abordagens desqualificando esse método de pesquisa. As resistências vão da rejeição completa, a partir da visão de que o depoimento oral apenas relata intrigas, ao questionamento da expressão “história oral” em favor de “fontes orais”. (FERREIRA, 2002,p.15)

Sobre essa crítica, a autora aponta que

A principal crítica à expressão “história oral” liga-se ao fato de que nas sociedades modernas não existe um discurso oral puro, e à

perspectiva de que um depoimento oral só ganha sua plena significação em confronto com o documento escrito. Além disso, a “história oral” traria embutida a intenção de se constituir em disciplina capaz de uma interpretação científica, escamoteando-se assim sua finalidade de produzir fontes que serão objeto de análises e interpretações. (FERREIRA, 2002, p. 15)

Corroborando essa perspectiva de que para ter significado, o documento oral precisa ser complementado por outra fonte, Becker (2006) afirma que “não é o caso de descartar a contribuição da história oral, mas também não é o caso de pretender fazer história com base unicamente na história oral”.

Segundo o autor, a história oral, quando utilizada como único meio para resgate da memória, “pode levar a perigosas distorções, a contra-sensos e até mesmo a falsificações” (BECKER, 2006).

Não é apenas a possibilidade de a história oral poder apresentar registros distorcidos de fatos ocorridos que levanta discussões acerca de sua validade. O lugar que os estudos relacionados à história oral ocupam também é objeto de controvérsia.

(...) nem em seus objetos nem em suas abordagens a história oral merece a qualificação de “história diferente”, e acreditar-se que ela é uma “frente pioneira” da pesquisa histórica e um dos campos em que se opera a sua renovação, como ignorar os múltiplos impulsos, os incentivos e os exemplos que ela encontrou fora dela, a ponto mesmo de alguns se perguntarem se a história oral não deveria parte do seu sucesso ao fato de ter sabido adaptar à história do tempo presente as problemáticas e os métodos desenvolvidos pelo que ainda há pouco chamávamos de “nova história”? (FRANÇOIS, 2006, p. 6).

De acordo com o autor, delegar à história oral um papel secundário não é uma atribuição convincente, pois ela não pode ser considerada como uma “simples ciência auxiliar da história” (FRANÇOIS, 2006). Para ele, “pelos aportes, pelas contribuições e pelo alargamento de perspectiva que ela já trouxe, a história oral parece-me ter demonstrado que é mais do que um simples aperfeiçoamento técnico ou um requinte metodológico.”

2.3 O trabalho da história oral e sua utilização em organizações

Ainda que enfrentando certa resistência, a história oral continua a se desenvolver rumo à realização de seus objetivos que são o de “proporcionar evidências empíricas sobre experiências não documentadas” (THOMSON, 2000) por meio de “entrevistas com participantes, testemunhas oculares dos

eventos do passado, visando à reconstrução histórica” (GRELE apud THOMSON, 2000), ou ainda, “preservar as memórias de pessoas (...) antes que elas desapareçam e percamos em definitivo tal relato” (CORRÊA, 1978).

A história oral pode ser utilizada também em organizações. Para Pacheco (1994):

Como os Estados, que, no século XIX, propiciaram o estudo da história, a publicação de documentos e a ação dos pesquisadores com o objetivo de encontrar na história dos tratados, das guerras e da política a justificativa para sua afirmação como nação, incentivando o sentimento nacional (Boni, 1983); também as Empresas podem descobrir, na sua história, uma fonte para o reforço de sua ação no mercado, ampliando a vantagem competitiva e garantindo o reforço de sua imagem tanto para o cliente interno quanto para o externo. (PACHECO, 1994, p. 559)

Em uma organização que deseja recuperar sua memória por meio a utilização de procedimentos da história oral, é importante que sua documentação – escrita e oral – espelhe sua trajetória e reflita de maneira fiel seus acontecimentos. (COSTA, 1992). Essa situação se faz importante pois “cumpre cuidar da memória hoje para que se tenha a história sempre” (COSTA, 1992).

Para compreender as ferramentas das quais a história oral se utiliza para a consecução de seus objetivos, apresentaremos, de maneira breve, a maneira de desenvolvimento de seu trabalho. Essa apresentação não irá se deter em detalhes técnicos da metodologia, pois o foco deste trabalho é o registro de suas atividades: o documento oral.

De acordo com Corrêa, o trabalho de história oral

(...) consiste de entrevistas devidamente guiadas pelo historiador, através das quais podemos fazer com que o entrevistado explique determinados pontos ou relate fatos que a falta de outro material documental deixou obscuro. (CORRÊA, 1978, p. 13)

Esses procedimentos “se iniciam com a elaboração de um **projeto** e continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas, o planejamento da condução das gravações, a transcrição, a conferência do depoimento, o retorno ao público” (MEIHY apud GRAEBIN & PENNA, 2007, p. 90, grifo nosso). A história oral “ajusta-se particularmente bem ao trabalho por projeto. Isso porque a natureza essencial do método é, ela mesma, criativa e cooperativa” (THOMPSON, 1992).

Ao se iniciar uma proposta de resgate de informações históricas deve-se ter sempre em mente que o objetivo da recuperação e preservação dos documentos é o uso e a disseminação das informações, especialmente se esse processo implica em grandes investimentos de recursos humanos e financeiros. (PACHECO, 1994, p. 559).

Um projeto para utilização das técnicas da história oral pode ser “útil para pesquisas individuais ou pontuais, como teses, por exemplo, como encontra todo um terreno de implementação em instituições, programas e centros de pesquisa” (ALBERTI, 1999).

Como conseqüência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunias em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, **instituições**, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 1989, p. 2, grifo nosso).

Sendo o foco deste trabalho a utilização da metodologia da história oral em programas organizacionais e seus resultados, vamos apresentar seus procedimentos quando utilizados para o resgate da memória de organizações.

De acordo com MEIHY (apud GRAEBIN & PENNA, 2007, p. 90), o trabalho de história oral tem início com a elaboração de um projeto. Ele dará início a um programa de história oral na organização, de caráter permanente, pois

(...) ao implantar uma instituição, almejamos sua existência permanente, seu crescimento, seu sucesso. Ninguém, em sua consciência, querará implantar um programa de história oral antevendo seu fim. (ALBERTI, 1999, p. 32).

Sobre a importância da aplicação de um programa de história oral e suas possibilidades de resgate e recomposição de fatos passados, Corrêa aponta que

Um programa de história oral permite o registro de memórias de personagens de lados diferentes de um mesmo assunto, enquanto que uma só entrevista oferece visão unilateral do fato. Ele fornece, pois, a oportunidade de coletar documentos de depoentes que representem pontos de vista diferentes e opostos a um mesmo fato, permitindo ao pesquisador do futuro uma análise multilateral dos acontecimentos. (CORRÊA, 1978, p. 27)

Esse programa deve ter suas etapas bem definidas e seus passos bem delineados para que consiga cumprir os objetivos aos quais se propôs. Outro passo a ser dado ao se iniciar um programa de história oral em uma organização é escolher uma linha de pesquisa, um tema de trabalho.

O caráter em princípio permanente de programa implica a escolha de um “tema continente”, um tema suficientemente abrangente para vários anos de trabalho, que marque, ao mesmo tempo, a linha do acervo daquele programa. O tema continente deve ser muito bem escolhido, pois por exemplo, ele acabará responsável pela identidade institucional. (ALBERTI, 1999, p. 32)

Na fase inicial do trabalho de história oral enquanto programa a ser implementado em uma organização, ocorre a seleção das pessoas que terão seus depoimentos recolhidos, e então iniciam-se as entrevistas. Para Corrêa (1978), na história oral, a entrevista “constitui-se, portanto, essencialmente na técnica de se extrair de alguém alguma informação de caráter histórico”.

(...) Es preciso que se lleve a cabo una planificación y preparación cuidadosas para asegurar que la entrevista de historia oral sea el mejor método de obtener la información necesaria, que se seleccione como repondientes a una muestra representativa de las personas más versadas em los temas que se investigarán(...). (MOSS & MAZIKANA, 1986, p. 25)

Essa etapa exige do entrevistador “ter conhecimento, e profundo, do assunto sobre o qual vai extrair” (CORRÊA, 1978). Desta forma será possível elaborar perguntas que contribuam para o conhecimento do tema do programa de história oral implementado.

La calidad de la entrevista depende em parte de conocimiento que ya tenga el entrevistador de los temas que se abordarán. Este conocimiento, basado em la investigación de las fuentes disponibles, la que habrá de realizarse em la medida em que se posible antes de la celebración de la entrevista, debe ser lo suficientemente profundo para que permita elaborar preguntas correctas y perspicaces que propicien a su vez las respuestas más francas y completas del entrevistado. (MOSS & MAZIKANA, 1986, p. 26)

Sobre a necessidade de um conhecimento prévio do tema a ser estudado a partir da história oral, Alberti (1989) esclarece seu limite e importância:

Ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o tema não significa passar a saber tudo a seu respeito, mesmo porque, se isso fosse possível, não haveria sequer necessidade de prosseguir na pesquisa e procurar conhecer ainda mais através das entrevistas. Entretanto, essa medida é fundamental para a produção dos documentos de história oral, desde o roteiro até o processamento das entrevistas, constituindo-se em um valioso instrumento de trabalho do pesquisador. É conhecendo amplamente o tema que o pesquisador pode otimizar seu desempenho e imprimir à produção dos documentos de história oral um alto grau de qualidade. Através da pesquisa, é possível, por exemplo, situar com bastante clareza a atuação de terminado entrevistado no contexto das preocupações acerca do tema e preparar-se para dele obter um depoimento de grande valor para a pesquisa, formulando perguntas enriquecedoras

para o diálogo e reconhecendo respostas significativas. (ALBERTI, 1898, p. 46)

Conhecer previamente o assunto tema das entrevistas permite que sejam selecionados entrevistados que realmente possam contribuir para a reconstrução do assunto escolhido como tema do programa de história oral, pois “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista” (THOMPSON, 1992). Esse passo é importante e pode ser dado “através de uma leitura bibliográfica suficiente para poder extrair aquilo que ainda não foi publicado e divulgado” (CORRÊA, 1978) e explorá-lo no momento da entrevista.

O conhecimento prévio das pessoas que tenham tido realmente participação no fato estudado é, pois, importante. Aconselha-se que se faça uma lista dos prováveis entrevistados e, dependendo do aspecto que se queira analisar, selecionar inicialmente (...) elementos que tenhamos certeza poderão fornecer informações importantes. (CORRÊA, 1978, p. 29).

A tarefa de ter um conhecimento prévio acerca do tema a ser abordado nas entrevistas permite que o entrevistador saiba identificar, durante o depoimento do entrevistado, o que, no relato, se caracteriza como o fato que motivou a entrevista e o que pode ser considerado como sua biografia.

Se a entrevista de História Oral se caracteriza pela obtenção de vivências e experiências individuais, o Homem, o memorialista, o entrevistado, é a figura principal do documento formado sobre o qual este é desenvolvido. Entretanto, se o nosso entrevistado foi para tal escolhido é porque alguma coisa ele tem a nos relatar, sobre determinado assunto em particular, que chamaremos de “assunto principal”. De outra maneira, de nada adiantaria uma entrevista consigo se fosse, simplesmente, pelo seu aspecto biográfico normal. Ele é o entrevistado porque viveu e participou de determinado acontecimento ou fato que nos interessa em particular; portanto a biografia como biografia de quem não se caracteriza por este aspecto, o da vivência de fato particular, de nada interessa à História Oral. Mas, justamente pelo fato de ter participado do assunto principal, e este assunto ter-se constituído numa faceta de sua vida, sua biografia é, por isto, importante. (CORRÊA, 1978, p. 54)

Portanto, é necessário considerar que o relato do entrevistado, além de conter o assunto que se deseja obter com a entrevista, está repleto de aspectos da vida pessoal dele. Nesse sentido, Corrêa (1978) enfatiza a existência de dois aspectos que podem influenciar a coleta do depoimento.

Distinguimos dois aspectos a serem considerados numa entrevista de História Oral: a biografia do entrevistado e o assunto principal do que ele participou e nos interessa sobremaneira. Ambos se misturam em certa fase da vida do entrevistado, mas são independentes. O assunto principal é ou faz parte de um fato histórico sendo, portanto, social e temporal. Por isto, mesmo que o entrevistado tenha liderado

durante todo o período de existência do fato, que é o assunto principal da entrevista, ele não participou sozinho, mas em companhia de outras pessoas e em oposição a outras mais, e o fez durante um período de tempo que, dependendo do caso, é possível melhor ou mais facilmente ser identificado. (CORRÊA, 1978, p. 54)

Ainda sobre essa possibilidade de existência de dois diferentes aspectos nos depoimentos, o autor continua, definindo o papel do entrevistador quando se encontrar diante dessa situação.

Cabe ao entrevistador de História Oral procurar definir ou fazer o entrevistado se definir quanto à sua posição dentro do assunto. Esta posição se refere à situação, à oposição ou mesmo a uma posição de indiferença e, em cada uma delas, sua colocação em relação ao resto do grupo que integrava. O relacionamento com os líderes, com os liderados, as opiniões deles em relação às suas, a oposição e sua participação no processo de desenvolvimento do fato, etc., são pontos que o entrevistador, através de perguntas inteligentes, deve conduzir o entrevistado a se manifestar dentro do devido tempo histórico. (CORRÊA, 1978, p. 54)

Sobre a realização da entrevista, o autor indica a revisão deste procedimento para “averiguar se todas as perguntas foram satisfatoriamente respondidas, para ter certeza se qualquer fita não teve falha e gravou tudo” (CORRÊA, 1978). Essa atitude permite verificar “se há ou não necessidade de nova entrevista a fim de sanar as incorreções de conteúdo e técnicas” (CORRÊA, 1978).

O próximo passo para a utilização da história oral seria a transcrição. Esse procedimento consiste na escuta e posterior registro escrito detalhado de toda a entrevista. De acordo com Corrêa, a transcrição é o “documento com o qual os pesquisadores vão entrar em contato direto, devendo, portanto, ter como característica principal a fidelidade à fita e perfeita condição de uso” (CORRÊA, 1978).

A transcrição também pode ser definida como um “mecanismo de transição que promove um nexos entre a comunicação oral e a escrita” e “um meio de localização do documento real, ou seja, do suporte sonoro” (QUERALT, 2004).

Na passagem do documento da forma oral para a escrita, a transcrição constitui primeira versão escrita do depoimento, base de trabalho das etapas posteriores. Digamos que se trata de um primeiro e decisivo esforço de traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado. O resultado é um material bruto, muitas vezes extenso, que corresponde, em laudas datilografadas, ao conteúdo das fitas da entrevista. (ALBERTI, 1989, p. 102)

Ela [a transcrição] é essencial, mas as razões que levaram certos historiadores a não seguir essa via têm a ver, por uma preocupação de honestidade, com sua intenção de fazer a testemunha controlar o documento que eles elaboraram juntos. Existem dois modos de proceder baseados em duas maneiras diferentes de tratar o documento: um que confere maior importância à precisão factual e à informação, e outro mais preocupado com o que revelam os interstícios do discurso. Os primeiros se atêm essencialmente à elaboração de um documento legível para suas pesquisas; eles privilegiam os “modos de proceder”. Os outros dão também atenção ao depoente, sensíveis à dimensão da presença dos corpos e aos “modos de dizer” (VOLDMAN, 2006, p. 35)

Para que a transcrição a ser disponibilizada para pesquisa futura seja fiel à entrevista realizada, algumas versões devem ser elaboradas e revisadas: a primeira, “que é a mais bruta, é a passagem literal de todas as palavras para o papel” (CORRÊA, 1978); já a segunda é uma revisão da ortografia e da pontuação do texto produzido. A transcrição possibilita um acesso mais simples a uma entrevista, por não necessitar de aparelhos para ler o relato e, a consulta à transcrição, preserva a fita gravada. Porém, o tempo necessário à escuta e escrita de toda a entrevista e os custos desse procedimento, podem ser considerados fatores negativos da transcrição (QUERALT, 2004).

Além da transcrição, o texto ainda deve passar por um procedimento denominado limpeza de texto. Ela é necessária, pois a transcrição de uma entrevista explícita, literalmente, “uma conversa em tom coloquial, realizada sem preocupação para com as regras gramaticais ou expressões de palavras difíceis” (CORRÊA, 1978).

Limpeza de texto de transcrição não é, pois, a passagem de uma conversa para uma forma escrita literária, mas sim, a retirada de determinados vícios da linguagem falada e a correção de algumas frases, desde que não tire a autenticidade do diálogo despretenso e espontâneo, nem descaracterize, psicologicamente, a maneira de se expressar do entrevistado. (CORRÊA, 1978, p. 62)

Após essa etapa, a transcrição e seu o texto “limpo” devem ser entregues ao entrevistado para que ele revise. Caso o entrevistado discorde do texto transcrito, ele pode ter acesso a uma cópia da gravação de sua entrevista “para que ele confira a fidelidade do trabalho e faça as devidas correções que, porventura, sejam necessárias” (CORRÊA, 1978).

Após tudo pronto, deve o entrevistado assinar todas as páginas da transcrição original como estando conforme com a fidelidade do material gravado, bem como das páginas da correção, ficando, assim, toda a entrevista pronta para ser indexada, resumida e catalogada para uso, imediato ou não, dos pesquisadores. (CORRÊA, 1978, p. 65)

Com a entrevista e sua transcrição revisadas e analisadas pelo entrevistado, a etapa seguinte é a preparação do índice e do resumo.

O primeiro constará de material a ser inserido no fim da entrevista, bem como fixado à parte; o segundo, ficará na primeira folha da entrevista e será incluído em catálogo geral das entrevistas, publicado separadamente. (CORRÊA, 1978, p. 65)

A importância do índice se dá pelo fato de este instrumento direcionar o pesquisador “à página em que consta o nome da pessoa, cidade ou assunto que procura, sem necessidade de ter que ler toda a entrevista para achá-las” (CORRÊA, 1978). Já a elaboração do resumo “dá ao pesquisador uma visão rápida do conteúdo da entrevista” (CORRÊA, 1978).

A outra etapa é o arquivamento das entrevistas para sua disponibilização futura. Nessa fase deve-se considerar a natureza especial das fitas contendo os depoimentos.

O arquivamento das fitas gravadas obedece à outra estrutura, visto o problema da perecibilidade do material, altamente delicado, bem como as condições de uso que são de menor intensidade que a transcrição. A fita gravada somente é utilizada para conferir informações ou para outros estudos sobre o entrevistado que não visem unicamente a informação. (CORRÊA, 1978, p. 68)

Para evitar que o desgaste provocado pela leitura da fita por equipamentos provoque seu rompimento, e considerando-se que “a fita é o único documento que comprova a transcrição” (CORRÊA, 1978), recomenda-se que seja feita “uma cópia de cada fita para guardá-la em outro local diferente do da original” (CORRÊA, 1978), ou ainda,

(...) que de cada cinta original se hagan al menos dos copias. La primera copia se debe reservar como “matriz de producción” de La que se producíran cintas de consulta em el futuro. Esta primera copia y el original deben retirarse del uso y almacenarse em um lugar aparte. La segunda copia debe ser la primera copia de consulta que utilicen los investigadores para la transcripción y la audición. De esta forma, la cinta original se reserva como copia primaria de seguridad y nunca se usa, salvo em caso de emergência extrema como cuando se pierden todas las demás copias. Em este caso, la “matriz de producción se convierte em la copia secundaria de seguridad y se utiliza para la reproducción de nuevas copias de consulta a medida que van deteriorándose por el uso. (MOSS & MAZIKANA, 1986, p. 37)

Apesar de ter sido a uma das primeiras formas de transmissão de conhecimento, a oralidade passou por um período de pouca utilização. De acordo com Aceves Lozano (2006)

(...) nos primórdios da disciplina o emprego de depoimentos orais era um dos principais recursos para conhecer e escrever a história. No início do século XX – sem remontar a épocas anteriores do desenvolvimento da disciplina – a história acadêmica e científica e, por isso mesmo, a oficial faziam-se quase exclusivamente com base nos documentos escritos. Além da palavra escrita, nada havia de confiável ou de certa validade. A evidência oral era abertamente rejeitada. Essa atitude e mola do fazer histórico predominou até depois de meados deste século, quando certos historiadores, ansiosos por encontrarem novos temas e fontes de informação, “reconheceram” e iniciaram, de forma entusiástica e não raro romântica, a construção, sistemática ou não, de novas *fontes orais*. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 19, grifo do autor).

Uma das diferenças entre lidar com fontes orais ou fontes documentais advém do fato de que na história oral

Estamos lidando com fontes vivas que, exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e das pilhas de papel, de trabalhar conosco num processo bidirecional. (THOMPSON, 1992, p. 196)

Dessa forma, uma organização que deseja resgatar sua memória pode se utilizar dessa metodologia para evitar que ocorra essa perda de conhecimento e para que ele seja compartilhado no âmbito organizacional

“A História Oral é feita exclusivamente com base na vivência e experiência do entrevistado. Entretanto, certas declarações não são fruto de experiência, mas conhecimento que o entrevistado obteve de outras pessoas que, por tal fato, entretanto, não deixam de ter valor. (CORRÊA, 1978, p. 48)

Aceves Lozano (2006) apresenta dois estilos de ação que a prática da história oral apresenta: a “*faceta técnica*” e a “*faceta metódica*”. A faceta técnica possui uma “feição empiricista; pragmática por princípio limita-se a executar corretamente a técnica sem maiores pretensões científicas ou acadêmicas”. Ela se subdivide em estilo do arquivista documentalista e estilo do difusor populista.

- Estilo do arquivista- documentalista:

Para os que praticam essa modalidade, a história oral significa principalmente *criar* e *organizar* arquivos de documentos – transcritos – procedentes de entrevistas gravadas, para sua utilização possível e futura por historiadores interessados em nossos tempos. Esses técnicos organizam os arquivos com vistas à sua exploração em tempos futuros, sem considerar sua utilização aqui e agora. Apressam-se em recolher a mais ampla gama de

testemunhos orais e se dedicam a constituir numerosos e monumentais arquivos do que irremediavelmente se está perdendo, se não for resgatado e arquivado a tempo. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 21)

- Estilo do difusor populista:

Para esses entusiastas, a história oral surgiu como uma verdadeira “alternativa” para divulgar a história daqueles que não foram registrados objetivamente nas histórias sociais, nacionais ou internacionais. A história oral é para eles o instrumento e a resposta mais acabada que os intelectuais da história podem oferecer aos setores historicamente explorados. Mas sua orientação empiricista levou a uma história oral que às vezes tem sido uma simples correia de transmissão (em cassete) da forma lingüística e do conteúdo direto do discurso dos subalternos. Seus princípios os levaram a entrevistar e constituir amplos arquivos orais e a difundir o texto oral, tal qual é, sem um mínimo de interpretação ou tentativa de análise. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 22)

À faceta metódica “interessa desenvolver reflexões sobre o método de pesquisa adotado e não só executar regras ou receitas de procedimento”. Suas subdivisões são o estilo reducionista e o estilo do analista completo.

- Estilo reducionista:

Esses pesquisadores da história e da sociedade não valorizam totalmente a evidência oral em si mesma, mas somente como apêndice agregado ou complemento, para a comprovação factual ou ilustração testemunhal, de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão. A informação oral é somente uma ilustração dramatizada dos argumentos teóricos e das categorias abstratas; o oral se transfigura num andaime ou suporte interessante da evidência e das séries quantitativas tradicionais. A história oral é concebida como instrumento de apoio, para e em função somente da trama teórica à qual se confere mais valor e consideração. Pelo seu caráter *subjetivo*, os depoimentos orais são considerados em segundo plano e são utilizados na qualidade de ingrediente atrativo, fácil de digerir ou consumir. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 22)

- Estilo do analista completo:

Esses historiadores orais consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática, eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. Explicitam sua perspectiva teórico-metodológica da análise histórica e, sobretudo, estão abertos e dispostos ao contato com outras disciplinas. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 23)

As duas facetas de ação da prática da história oral apresentadas e seus respectivos estilos, “se dedicam a uma tarefa similar: a constituição de arquivos

ou fontes orais, embora utilizados de forma diferente”. (ACEVES LOZANO, 2006)

2.4 Documento oral

Na literatura sobre história oral e arquivos os registros resultantes dos trabalhos da história oral são citados com diferentes nomenclaturas, dentre elas “documento oral” (JOUTARD, HOOPES apud RIBEIRO, 2007), “documento de história oral” (CORRÊA, 1978; MEIHY, 2007), “fontes orais” (ACEVES LOZANO, 2006), “arquivos provocados” (OZOUF apud BECKER, 2006), “arquivo oral” (VOLDMAN, 2006), “fonte oral” (POLLAK) “evidência da história oral” (THOMPSON, 1992).

Os conceitos apresentados são utilizados por autores que consideram o documento que resulta da utilização da história oral como um registro diferenciado, gerado a partir de uma provocação.

Uma das mais antigas discussões acerca da utilização das fontes orais diz respeito à credibilidade e à definição de uma fonte provocada por seu usuário imediato, bem como aos efeitos de sua constituição para o objeto da pesquisa. Os detratores desse tipo de informações têm bons motivos para condenar uma documentação inventada para atender a necessidades preestabelecidas do pesquisador e submetida ao seu poder discricionário, tanto mais que, contrariamente aos arquivos correntemente passados pelo crivo da crítica, as entrevistas nem sempre são conservadas em gravação sonora e raramente podem ser consultadas pelos historiadores nos locais públicos destinados a conservar os traços do passado. Tais reservas deveriam ser eliminadas pelos próprios usuários, mediante dois tipos de esforços. O primeiro é simples, porquanto inteiramente material: basta confiar o material gravado a instituições públicas habilitadas a recebê-lo. O segundo consiste em definir, da forma mais precisa possível, as características e os usos das fontes orais. (VOLDMAN, 2006, p.s 35 – 36)

Porém, essa visão de considerar os documentos orais como fontes de informação ou pesquisa diferenciadas não é consensual. Alguns autores não fazem essa distinção, como é o caso de Becker (2006):

De fato, creio que a história oral não constitui uma categoria particular de fontes, mas inclui-se naquilo que Jacques Ozouf chamou de “arquivos provocados”.(...) Não podemos nem mesmo dizer que a forma oral conduz a uma espontaneidade maior o que a escrita, pois assim como as entrevistas dos políticos são redigidas com o maior cuidado, antes ou depois, geralmente as pessoas interrogadas numa pesquisa oral pelo menos refletiram no que iam dizer, ou mesmo

consultaram previamente a documentação de que dispunham, a não ser quando as entrevistas são feitas de improviso, o que é muito raro. Aliás, podemos dizer que os arquivos provocados pertencem à mesma categoria das *recordações* ou *memórias*, ainda que estas possam ser autoprovocadas, considerando que alguns escreveram suas memórias sem que isso lhes fosse realmente pedido! (BECKER, 2006, p. 28, grifo do autor).

De acordo com o autor, a categoria de “arquivos provocados” na qual o documento oral pode ser enquadrado possui como problema o fato de registrar fatos passados que, ao serem revelados em uma entrevista, por exemplo, podem trazer à tona os acontecimentos de uma maneira distorcida, diferente da que realmente aconteceu.

Ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores. (BECKER, 2006, p. 28)

De maneira oposta à Becker (2006), que não trata o documento oral como uma fonte de informação diferenciada, Voldman (2006) estabelece um paralelo entre arquivo oral (neste trabalho definido como documento oral) e fonte oral.

O arquivo oral seria um documento sonoro, gravado por um pesquisador, arquivista, historiador, etnólogo ou sociólogo, sem dúvida em função de um assunto preciso, mas cuja guarda numa instituição destinada a preservar os vestígios dos tempos passados para os historiadores do futuro tenha sido, logo de início, seu destino natural. A fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir. Pois quando se trata, para um historiador, de trabalhar sobre documentos gravados por outros, em contextos remotos ou totalmente diferentes de suas preocupações, estamos diante de um caso idêntico ao de qualquer tipo de arquivo, não havendo aí matéria de discussão. De fato, não se trata senão de simples arquivos sonoros. (...) Por ora, o que complica o caso e que nos obriga a diferenciar os arquivos sonoros dos arquivos orais é essa operação particular de coleta, esses depoimentos orais, gravados com fins documentais no decorrer de uma pesquisa. (VOLDMAN, 2006, p. 36)

Neste trabalho adotaremos o conceito proposto por Queralt (2004) e Ribeiro (2007). Desta forma, tanto o documento escrito quanto a gravação gerados a partir dessa técnica serão considerados como documento oral.

Documento oral es el término referido a grabaciones sonoras de palabra, entendiendo el concepto oral o la oralidad como el modo de transmisión em el tiempo de los hechos y datos recogidos por la memória de las personas, em íntima relación com SUS propias trayectorias existenciales. De esta manera, el hecho crucial no se encuentra em que sea grabada uma voz humana, sino em que sea uma voz humana la que em um momento posterior a los acontecimientos nos hable de ellos. (QUERALT, 2004, p. 79, grifo do autor)

O documento oral é “o documento/narrativa resultado do trabalho de história oral” (RIBEIRO, 2007). É importante destacar que, neste trabalho, utilizaremos a noção de que o uso da história oral dá origem a dois tipos de documentos: o audiovisual, a entrevista gravada; e o textual, a entrevista transcrita (CORRÊA, 1978).

Entre tantas especificidades do trabalho co a história oral, resta falar da peculiaridade de seu registro, o fato de constituir *um documento oral*. Mesmo que seja transcrito, o depoimento de história oral deve ser considerado em função das condições de sua produção: trata-se de um *diálogo* entre entrevistado e entrevistadores, de uma construção e interpretação do passado atualizada através da linguagem *falada*. Nesse sentido, é sua característica se desenvolver em meio a recuos e evocações paralelas, repetições, desvios e interrupções, que lhe conferem um potencial de análise em grande parte diverso daquele de um documento escrito: a análise da entrevista tal como efetivamente transcorreu permite que se apreendam os significados não diretamente ou intencionalmente expressos, permite que o pesquisador se pergunte por que a questão *x* evocou a *y* ao entrevistado; por que, ao falar de *z* recuou para *a*; por que não desenvolveu a questão *c* assim como fez em *b* e assim por diante. Além disso, o caráter oral do depoimento, resguardado pela gravação, fornece ao pesquisador outras possibilidades de investigação, no que diz respeito às particularidades e recorrências do discurso do entrevistado, ao registro de suas hesitações, ênfases, autocorreções etc. Tudo isso, conforme os propósitos da pesquisa e as indagações que se faz o pesquisador que consulta um documento de história oral, pode conter dados significativos, além de permitir uma análise de discurso propriamente dita, que, em se tratando de um acervo de depoimentos, pode engendrar estudos comparativos por gerações, grupos sociais, formação profissional etc. (ALBERTI, 1989, p. 6, grifo do autor).

Durante o recolhimento do depoimento de entrevistado, a entrevista é gravada e “posteriormente transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí, dois tipos de documentos: o gravado e o escrito” (CORRÊA, 1978).

Alguns autores consideram como documento oral os dois documentos resultantes da história oral. Corrêa (1978) afirma que o objetivo da história oral

é “preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores do futuro”.

Dessa maneira, quando a memória é narrada e os sons gravados são convertidos em escrita, estabelece-se o documento para a história oral, um documento/narrativa produzido a partir de procedimentos específicos (MEIHY, 2005 & RIBEIRO, 2002 apud RIBEIRO, 2007).

Há também os autores que atribuem à parte escrita do resultado das entrevistas, a transcrição, um papel secundário:

Sugere-se a realização de transcrições, embora esse ponto seja bastante problemático em função das horas necessárias para essa parte do trabalho e das dificuldades implicadas no registro da linguagem oral em um documento escrito. Mesmo considerando todos os cuidados necessários à transcrição, em função da distância entre o oral e o escrito, a gravação é o documento original, sendo a transcrição considerada um acessório. (HARRES, 2008, p. 109)

Essa idéia é corroborada pela afirmação de Côrrea

A entrevista de História Oral não pode ser anotada, transcrita ou estenografada diretamente como substituição à gravação, mas sim após ela, pois o documento primário em História Oral é a gravação que proporciona o registro direto das emoções do entrevistado durante o trabalho. (CORRÊA, 1978, p. 26)

Para Delmas (apud VOLDMAN, 2006):

(...) em boa linguagem arquivística, a expressão arquivos orais deveria ser reservada aos arquivos sonoros que só contêm registros de palavras ou discursos de pessoas ou instituições no decorrer de suas atividades comuns, isto é, aos documentos de arquivos por natureza. Tudo isso diz respeito a modos de criação e reconstituição de informações e documentos de arquivos tradicionais, ainda que, em relação a estes, haja uma dimensão humana suplementar. (DELMAS apud VOLDMAN, 2006, p. 36)

O fato é que a transcrição também deve ser considerada como documento oral, pois, de acordo com Queralt (2004)

(...) el documento oral es aquel que procede de la historia oral o de la tradición oral, es decir, cuando uno o vários informantes, por separado o em grupo, de forma espontânea o a instancias de um entrevistador, dan testimonio de sus experiencias, hacen observaciones sobre um tema determinado, sobre su vida, o sobre algún acontecimiento. Como resultado de todo esto, tenemos entrevistas, historias de vida, textos dialectales y etnográficos, recogidos en soportes sonoros y/o **transcritos** com uma finalidad de investigación o de documentación científica. (QUERALT, 2004, p. 79, grifo nosso)

Portanto, no levantamento de dados deste trabalho será considerada a dupla dimensão do documento oral: suporte oral e suporte escrito (QUERALT,

2004). E essas características devem ser levadas em consideração pelo arquivista no tratamento dos documentos orais.

El archivero tiene que comprender que el documento que ingresa em el archivo es um documento elaborado a partir de una entrevista o de um relato de uma tradición oral, y es um legado de um acontecimiento que tuvo lugar em em pasado reciente, pero nunca podrá ser considerado como el próprio pasado, a pesar de que posiblemente no exista ningún outro documento que haga referencia a los hechos. (QUERALT, 2004, p. 81)

Para que o documento oral receba o tratamento arquivístico adequado, o arquivista deve conhecer sua natureza.

(...) el archivero encargado de la custodia de los materiales de historia y tradición orales deben adentrarse em el conocimiento de su naturaleza, de los diversos mecanismos disponibles para comprobar su validez, autenticidad y confiabilidad, y de los usos que pueden darles los investigadores. Sólo entonces podrá llevarse a cabo correcta y eficazmente uma evaluación, ordenación, descripción y un servicio de referencia respecto de esse material. (MOSS & MAZIKANA, 1986)

Considerando-se as duas naturezas do documento oral, ele pode ser classificado como textual (a transcrição) e sonoro (a gravação propriamente dita). Sobre esse aspecto, Delmas (apud VOLDMAN, 2006) afirma que o documento sonoro

(...) é um tipo de documento que contém informações gravadas sob forma de sons e que, devido ao modo de gravação e ao aparelho utilizados, só podem ser conhecidas por intermédio de uma máquina acústica que permita a sua reconstituição (DELMAS apud VOLDMAN, 2006, p. 35).

Com relação à formação do documento oral, Corrêa (1978) aponta que as informações que ele contém visam a “pesquisa histórica, e não a publicação imediata”. Segundo o autor,

A História Oral parece que se encaminha para este objetivo, pois exige dele um conhecimento do passado para capacitá-lo a selecionar fatos e pessoas realmente importantes dentro dos acontecimentos com diferentes pontos de vista de um mesmo assunto, e proporcionar a estas pessoas a oportunidade de um depoimento sincero, sem intervir nos mesmos, para agrupá-los e formar um acervo suficientemente ponderado para as pesquisas no futuro. (CORRÊA, 1978, pág.s 88 e 89)

A formação do documento oral é também uma especificidade da história oral. Segundo Alberti (1989), o trabalho com a história oral constitui

(...) desde o início, uma *produção intencional de documentos históricos*. Assim, ao invés de organizarmos um arquivo de

documentos já existentes, conferindo-lhes, após criteriosa avaliação, o caráter de fontes em potencial para futuras pesquisas, na história oral produzimos deliberadamente, através de várias etapas, o documento que se torna fonte. (ALBERTI, 1989, p. 4)

Thompson (1992) apresenta as características que distinguem o documento oral sob o ponto de vista de diferentes razões.

(...) A primeira é que ela se *apresenta* sob forma oral. Como forma imediata de registro, isto tem tanto vantagens quanto desvantagens. Leva-se muito mais tempo para escutar do que para ler, e se o que foi gravado tiver que ser citado num livro ou artigo, é preciso primeiro fazer uma transcrição. Por outro lado, a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada. Por continuar sendo sempre exatamente o mesmo, um texto não pode ser definitivamente refutado; essa a razão por que se queimam livros. Um falante, porém, pode sempre ser imediatamente contestado; e, à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo. (THOMPSON, 1992, pág.s 146-147, grifo do autor).

Um aspecto que deve ser levado em consideração quando da divulgação dos documentos orais, é o sigilo que alguns registros podem requerer.

A idéia de que as informações devem ser publicadas vem, no caso, entrar em conflito de que há informações sigilosas ou temporariamente sigilosas que devem ser respeitadas, mesmo quando não são protegidas por lei. A obrigação do historiador e das instituições que patrocinam ou guardam as entrevistas, em tais circunstâncias, é em relação à proteção dos interesses do entrevistado, fornecedor das informações, em primeiro lugar, e à sociedade, neste caso, em segundo. (CORRÊA, 1978, p. 78)

Dentro do âmbito da instituição patrocinadora do Projeto [de história oral], instituição guardadora da entrevista, cabe a ela o resumo, a divulgação da existência do material disponível através da publicação periódica de um Catálogo, e das condições de disponibilidade do material ao uso dos pesquisadores, exceto do que está sob sigilo. (CORRÊA, 1978, p. 67)

Em relação à consulta do registro criado a partir da utilização da história oral, Alberti (1989) enfatiza a necessidade da elaboração de um sumário para facilitar o acesso ao acervo por parte de seus usuários.

Cada entrevista do acervo de um programa deve ser liberada ao público precedida de um sumário que informe o pesquisador sobre

seu conteúdo. A existência do sumário poupa o usuário do programa de trabalho de vasculhar toda a entrevista à procura do assunto que lhe interessa, ou, por outra, impede que, depois de ouvida a gravação ou lido o documento, se dê conta de que nele não há subsídios para o que pretendia pesquisar. (ALBERTI, 1989, p. 153)

A finalidade do sumário é, portanto, *informar* o pesquisador sobre o conteúdo da entrevista, bem como fornecer aproximadamente a *localização* dos assuntos no corpo da entrevista. Se o pesquisador estiver interessado em saber o que o entrevistado fala sobre sua atuação em determinado órgão, por exemplo, o sumário da entrevista deve ser suficiente para permitir um primeiro contato com o depoimento: informar se o depoente fala sobre o assunto naquela entrevista e, se fala, em que altura da fita ou páginas transcritas isso pode ser encontrado. (ALBERTI, 1989, P. 153, grifo do autor)

Quanto a elaboração do sumário, Alberti orienta a respeito das informações que devem ser contempladas em sua descrição:

(...) a elaboração do sumário não passa por um processo de seleção de assuntos, de registro do que é "importante" e descarte daquilo que não é; não se trata de uma síntese dos principais temas, nem tampouco de um resumo das idéias do entrevistado. Trata-se, isso sim, de uma sucessão de tópicos, que devem dar conta, em poucas palavras, dos assuntos que aparecem na entrevista. (ALBERTI, 1989, p. 154)

No entanto, o sumário não é o único instrumento de consulta que deve ser utilizado para descrever o acervo de história oral formado por uma organização:

Além do sumário, cabe a um programa de história oral elaborar outros instrumentos que auxiliem a consulta de seu acervo, tais como os índices onomástico e temático. O primeiro permite que se localizem os trechos de depoimentos que versam sobre outros atores julgados relevantes no contexto da pesquisa, e o segundo permite localizar temas específicos de interesse dos pesquisadores. (ALBERTI, 1989, p. 163).

Ainda a respeito da organização e disponibilização do acervo oral para consulta, Corrêa (1978) afirma:

Como em todo arquivo, as condições para a utilização do material depositado dependem de sua organização. Considerando que o documento de História Oral é preparado antecipadamente e premeditadamente para ser arquivado e ser utilizado para pesquisa num futuro indeterminado, ele, mais do que outro, deve se enquadrar num processo arquivístico sem o que perde a sua finalidade; deverá, portanto, contar o máximo possível de condições para consulta. (CORRÊA, 1978, p. 67)

Sobre o arquivamento desse acervo, Corrêa aponta que:

O arquivamento das fitas gravadas obedece à outra estrutura, visto o problema da perecibilidade do material, altamente delicado, bem como as condições de uso que são de menor intensidade que a transcrição. A fita gravada somente é utilizada para conferir informações ou para outros estudos sobre o entrevistado que não visem unicamente a informação. (CORRÊA, 1978, p. 68)

O aspecto da perecibilidade do documento oral deve ser considerado não apenas em seu arquivamento, mas também para que seu armazenamento e acondicionamento sejam realizados visando a preservação do material.

Considerando que a fita é o único documento que comprova a transcrição, bem como nela estar registrada a voz do entrevistado, os cuidados com a preservação da mesma são maiores. Aconselha-se, pois, sempre que possível, fazer uma cópia de cada fita para guardá-la em local diferente do da original. Por outro lado, é necessário não guardá-la em local sujeito a freqüentes descargas elétricas ou com grande variação de temperatura e umidade, pois tais fenômenos poderão facilmente danificar a fita, desgravando-a, muitas vezes, em definitivo. (CORRÊA, 1978, p. 68)

Weilbrenner (1987) complementa essa preocupação com a conservação do documento oral assegurando a importância de um tratamento distinto para a documentação que se apresenta por meio de suportes diferenciados.

No solo los documentos de los archivos han aumentado cuantitativamente em forma asombrosa, sino que se han añadido nuevos elementos auxiliares de la información. Aparte de los textos, cartas, dibujos tradicionales y microfilmes, que son materiales más comunes, los archivos han recibido también una gran cantidad de fotografías, grabaciones sonoras, películas y cintas videofónicas, que también son archivos pero que, por razones prácticas de conservación o utilización, se confiaron a menudo a instituciones o servicios distintos (no sin ciertas dificultades por los principios de respeto a los fondos y al orden original de los mismos) y cuyo uso requiere equipos técnicos costosos y al menudo de funcionamiento delicado. (WEILBRENNER, 1987, p. 187)

2.5 Arquivologia

A arquivologia é “uma ciência de informação social, que estuda os arquivos” (SILVA et AL, 2002), ou ainda, uma “ ciência que estuda as noções teóricas e práticas para uma boa organização e um bom funcionamento dos arquivos” (PEREIRA, 1978). Para Vázquez ela é “um campo do saber” que tem como um de seus objetos de estudo os documentos de arquivo. O termo arquivologia possui como sinônimo o termo arquivística (VÁZQUEZ). Ela “se

propõe a estudar e ditar as normas para o arranjo, a conservação e o uso dos arquivos, bem como estudar a estrutura e o conteúdo de cada um dos fundos de arquivo” (CARBONE, 1983).

Na prática, cada arquivo, cada série, constitui um problema particular, que o arquivista deve saber compreender e resolver, utilizando não uma estereotipada e servil cultura episódica, mas toda a sua personalidade de estudioso, capaz de sintetizar, numa visão orgânica, os modos e as circunstâncias da formação do arquivo que ele deve organizar, repetindo em si mesmo as exigências dos contemporâneos quando orientaram a sua constituição.

Cada uma das partes é, desta forma, inserida nas séries, e as séries nos fundos aos quais pertencem, e os fundos – como também as coleções, que num arquivo nunca deixam de existir – na totalidade do Arquivo. As séries e os fundos, organizados desta maneira, apresentam-se em estreita relação ideal com aquelas funções e com aquelas competências das administrações, para cujo desenvolvimento tinham outrora contribuído. (CARBONE, 1983, págs. 47 e 48).

A arquivologia, ou arquivística, surgiu em meados do século XVI, quando foram identificados nas rotinas de profissões da época, “princípios gerais de natureza arquivística” (SILVA et AL, 2002).

O conhecimento empírico de reunir e conservar documentos escritos é tão antigo como a própria escrita. Pode dizer-se que a História da Humanidade nasce quando nascem os arquivos e estes surgem logo nos alvares das primeiras civilizações históricas do Próximo Oriente babilônico e hitita, quando os reis das cidades mesopotâmicas mandam grafar em pequenas placas de argila, guardadas nos seus palácios ou nos templos dos deuses, certos acontecimentos de que sentiam necessidade ou gosto em conservar. Com estes primeiros documentos nasceram os primeiros arquivos e também a ciência prática de organizar uns e outros (PEREIRA, 1978, p. 5)

Antes disso, e à época do desenvolvimento da escrita (GALLEGO DOMÍNGUEZ E LÓPEZ GÓMEZ, 1989, p. 22), surgem os arquivos. Ainda que organizados de maneira primitiva, pode-se perceber, em sua fase inicial, indícios dos princípios que hoje norteiam a arquivística em todo o mundo.

La archivística, ciencia o técnica, es relativamente un conocimiento reciente. Pero los testimonios documentales y los “archivos” que los custodian, estudian y dan a conocer, datan de los albores de cualquier civilización. Sin testimonios escritos no puede desarrollarse una sociedad, por muy primitiva que sea y por mucho que parezca que no los necesita. Desde las más remotas culturas asiáticas, de Miles de años antes de Cristo, cuyos textos nos han llegado a veces a través de transcripciones y traducciones, hasta la documentación de la vida mediterránea, pasando por las Tablas de la Ley, siempre encontramos, forzadamente, “documentos” y “archivos”. Lo que ocurre es que de tan conocidos no se conocen, de tan necesarios no se postula su utilidad, y aún hay, finalizando este siglo XX de la era Cristiana, quien siente extrañeza ante las palabras “archivo” y

“archivero”, ignorándolas totalmente, o confundiéndolas de modo lamentable com “biblioteca” o “registro”. (DEL HOYO, 1987, p. 117).

De acordo com Robert (apud JARDIM, 1996),

(...) os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada. (ROBERT apud JARDIM, 1996, p. 4)

No princípio, os arquivos possuíam um caráter patrimonial e essa origem dos arquivos como organização, provavelmente se originou na antiga civilização grega (SCHELLENBERG, 2006). Em seguida surge o conceito de arquivos públicos. Já na Idade Média, aparecem os arquivos privados em monastérios e igrejas. No século XVI começam a ser organizados os arquivos do Estado (GALLEGO DOMÍNGUEZ E LOPEZ GÓMEZ, 1989).

Como consecuencia de todo este proceso, se há producido una *ampliación em el dominio de la archivística*:

1. Por uma parte, los archivos han sobrepasado a la administración y han absorbido la materia de los archivos administrativos.
2. De outra, se há abierto delante de ellos el campo de los archivos privados.
3. Las técnicas nuevas han descubierto campos inéditos: archivos impresos, audiovisuales e informáticos. (GALLEGO DOMÍNGUEZ E LOPEZ GÓMEZ, 1989).

O parágrafo anterior traça um panorama histórico do desenvolvimento dos arquivos. Nessa contextualização deve ainda ser considerada a grande contribuição dada pela Revolução Francesa para a consolidação da arquivística (SILVA et al, 2002).

O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa. Este reconhecimento resultou em três importantes realizações no campo arquivístico:

1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
2. Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos.
3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. (SCHELLENBERG, 2006, p. 27)

Esses acontecimentos no campo da arquivística contribuíram para seu desenvolvimento tanto científico quanto metodológico. Seu objeto de estudo, os arquivos tiveram, com isso, uma ampliação em suas funções e objetivos, que são:

1º *Recolher* a documentação que seja de sua competência.

2º *Custodiar* a documentação recebida, de forma adequada, segura e ordenada.

3º *Servir*, seus fundos documentais, tanto à instituição produtora e aos administrados, quanto à investigação em geral. (GALLEGO DOMÍNGUEZ E LOPEZ GÓMEZ, 1989, p. 34, tradução nossa, grifo do autor).

Para cumprir esses objetivos a arquivística possui princípios que norteiam a organização dos documentos. Apesar de a prática arquivística ser antiga e ser contemporânea ao aparecimento da escrita, “a estruturação destes hábitos de trabalho em torno de um mesmo objecto e o aparecimento de princípios próprios ao arquivo constituem um fenômeno contemporâneo” (ROUSSEAU & COUTURE, 1994).

Dentre os princípios que norteiam a arquivística, o principal é o do respeito aos fundos ou princípio da proveniência, surgido na França em 1841. Para Rousseau & Couture (1994) ele é a “lei que rege todas as intervenções arquivísticas”.

O respeito desse princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja a sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística, a saber, o fundo de arquivo. O princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, impõem-se à arquivística, uma vez que esta se propõe por objectivo gerir o conjunto das informações geradas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das actividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do dito organismo ou ao funcionamento e à vida da referida pessoa. Pense-se na criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação ou na conservação dos arquivos: todas as intervenções do arquivista devem ocorrer sob o signo do princípio da proveniência e, à partida, do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas. (ROUSSEAU & COUTURE, 1994, p. 79).

Esse princípio postulava que “as peças que pertenciam a uma entidade ou organismo não fossem misturadas com os papéis provenientes de outros organismos ou entidades” (PEREIRA, 1978) e sua base consiste na noção de que:

O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. (BELLOTTO, 2006, p. 28).

O princípio da proveniência postula que:

(...) documentos de produtores diferentes não podem ser misturados, mesmo que o conteúdo informativo formal (o dado) seja o mesmo. Deste modo, dois exemplares formalmente idênticos de um mesmo livro não podem ser reunidos se eles provierem de fundos

documentais (ou entidades produtoras de arquivos) diversos. O valor informativo (o dado) é o mesmo para ambos os exemplares em uma (ou outra) biblioteca pessoal é uma informação de relevo e não pode ser descartada em função de uma cômoda e subjetiva alocação temático-informativa (dados). Isto significa que o documento arquivístico precisa estar inserido no contexto da produção e da função geradora; o documento isolado, isto é, descontextualizado, perde seu significado. (LOPEZ, 1996, p. 20)

Além do princípio da proveniência, “pelo qual os documentos são agrupados pelas suas origens” (SCHELLENBERG, 2006), existe também uma abordagem que define três etapas de vida para os documentos.

Na idade activa, o documento serve regularmente para administração; na idade semiactiva, é utilizado ocasionalmente, e na idade inactiva, é destruído ou conservado de modo permanente. (...) Os princípios arquivísticos são, pois, muito recentes. Eles mostram o desenvolvimento inequívoco da disciplina que tinha necessidade de assentar as suas práticas em bases mais teóricas. Por sua vez, estes princípios serviram para alimentar o refinamento dos métodos e favoreceram a estruturação deles. (ROUSSEAU & COUTURE, 1994, p. 53).

Bellotto (2006) conceitua o ciclo vital dos documentos da seguinte forma:

1. Fase corrente: etapa na qual “se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados”.
2. Fase intermediária: etapa na qual se encontram documentos que “já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor”.
3. Fase permanente: etapa na qual os documentos são conduzidos “a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes”.

Nas fases corrente e intermediária, os documentos apresentam valor primário “qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores” ; já na fase permanente os documentos adquirem um valor secundário, ou seja, são considerados o “testemunho privilegiado e objectivo que o documento fornece” ROUSSEAU & COUTURE, 1994, p. 53).

Para Gallego Domínguez e López Gómez, o objeto de estudo da arquivologia, o arquivo é definido como

(...) o conjunto de documentos acumulados por uma pessoa ou instituição pública ou privada em um processo natural, automático y organicamente, em razão de suas funções e atividades e de qualquer data, que se conservam para servir de referencia como testemunho e

informação. (GALLEGO DOMÍNGUEZ E LÓPEZ GÓMEZ, 1989, p. 22)

A importância da utilização da arquivologia e seus princípios em instituições é definida por Brito (2002) da seguinte forma:

Ao interferir no ciclo documental da instituição e na destinação dos documentos por ela produzidos e acumulados, a arquivística detém um importante papel na eficiência de seus processos administrativos e na otimização e alcance de seus objetivos finalísticos, no acesso à informação e à sua difusão, e na preservação de fontes. (BRITO, 2002, p. 30).

2.6 Documento arquivístico

O documento oral, já conceituado nesse trabalho, surge por provocação de uma organização que deseja resgatar sua memória organizacional ou um pesquisador que deseja investigar determinado tema. O documento de arquivo possui uma origem diferenciada, de característica orgânica², determinada pelo desenvolvimento de atividades de uma organização ou pessoa.

Antes de definir o documento arquivístico, passemos à definição de documento em seu sentido amplo.

Segundo a classificação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento. (BELLOTO, 2006, p. 35)

Percebe-se, com essa definição, que documento é um termo amplo que, desacompanhado do adjetivo “arquivístico” não pode ser utilizado para qualificar documentos que são tratados em arquivos. Considerando-se um arquivo como um “conjunto de **documentos** que, independentemente da natureza ou do **suporte**, são reunidos por **acumulação** ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (CAMARGO &

² A organicidade é a característica que difere o documento de arquivo dos demais documentos produzidos com outra finalidade que não a de prova ou testemunho de uma atividade. Segundo Camargo & Bellotto (1996), a organicidade é a “qualidade segundo a qual os **arquivos** refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (grifo do autor).

BELLOTO, 1996, grifo do autor), e aliando-se essa definição à de documento, têm-se a noção de documento de arquivo.

Sobre a identificação de um documento como arquivístico, Delmas (2010) aponta que:

Não é qualquer documento que pode ser qualificado como de arquivo. O documento de arquivo é o instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado. (DELMAS, 2010, p. 56).

Seu contexto de criação se diferencia do documento oral por seu caráter orgânico. O documento de arquivo mantém uma estreita relação com a organização ou pessoa que o acumula e deve refletir sua trajetória.

Aponta-se para uma relação orgânica entre os documentos e o arquivador: aqueles ficam como que orbitando em torno do centro de gravidade que é quem os acumulou. Se os documentos não devem ser afastados do seu centro gravitacional, o modo de acumular é que lhes confere sentido, que os torna inteligíveis. Desaperceber-se do modo de acumulação pode implicar no remanejamento das órbitas, por conseguinte construir relações outras, com a implosão do sentido original. [...]

Os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico comportando revisões de articulações e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça surpreender seu movimento, sua trajetória: sua vontade de guardar. O que está em questão, portanto, é saber o que o arquivador quer com seus registros. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto informações que seus conteúdos possam fornecer. (VIANNA et AL apud COSTA 1992, p. 23).

O documento arquivístico é considerado como

um suporte modificado por um texto a ele aderido que surge como resultado de uma atividade administrativa e tem como finalidade impor uma ordem, provar algo ou transmitir uma informação, útil para um trâmite (VAZQUÉZ, 1997, p. 28, tradução nossa).

Além dessas características, o documento de arquivo possui outro atributo, explicitado por Delmas:

Todo documento de arquivo é único porque individual. Mesmo um documento aparentemente múltiplo, como uma circular, é único para cada destinatário, por ser um documento que lhe foi endereçado pessoalmente. (DELMAS, 2010, p. 57).

Para Pereira (1978), o documento de arquivo é:

Toda e qualquer peça pertencente a um fundo, produzida ou reunida por uma pessoa física ou moral que, em razão das suas funções ou da sua actividade, *automática* e *organicamente* produziu ou reuniu esse fundo. (PEREIRA, 1978, p. 19).

De acordo com Rousseau & Couture, o documento de arquivo

é um conjunto constituído por um suporte [peça] e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeitos de consulta ou como prova. Esta palavra pode igualmente ser utilizada no plural com um significado idêntico ao do singular. Documentos de arquivo – Documentos que contêm uma informação seja qual for a data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral, e por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua actividade. Em resumo, um documento é constituído por um suporte ou peça e por um conteúdo (a informação nele registada) (ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p.137).

Para Lopez (1996), o documento arquivístico é assim definido:

O documento arquivístico torna-se aquele que é gerado espontaneamente no exercício das atividades rotineiras de uma instituição; sua organização, desde a fase corrente, deve refletir as funções administrativas. Somente tal dimensão do documento possibilita seu uso nos moldes propostos pelos historiadores da revolução documental, isto é, a contextualização num universo social e cronológico amplo, onde o estabelecimento das séries documentais é fundamental. (LOPEZ, 1996, p.21)

Sousa (2007) atribui ao documento de arquivo as seguintes características:

O documento arquivístico é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e o conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador, que pode ser uma pessoa física ou jurídica. Então quando falamos de arquivo, estamos nos referindo a um conjunto finito de documentos acumulados, que tem suas fronteiras demarcadas pela missão do criador, no caso das instituições, e pela área de atuação, no caso das pessoas físicas. Ao contrário daqueles encontrados em bibliotecas, por exemplo, os documentos arquivísticos não constituem um conjunto formado em vista de uma finalidade específica: eles representam, mais que tudo, o produto da atividade do sujeito criador. (SOUSA, 2007, p. 113)

Para Campillos (apud BRITO, 2002):

(...) os elementos conceituais que determinam a especificidade do documento de arquivo são os seguintes: o contexto em que é criado, a unicidade, a autenticidade, a heterogeneidade de seu conteúdo, portanto, a multiplicidade de sua informação, e, por último, a necessidade de que cada um destes pontos estejam presentes. (CAMPILLOS apud BRITO, 2002, p. 27).

Nas definições de documento arquivístico apresentadas, pode-se observar um consenso em relação a sua característica essencial, que para Schellenberg (2006), relaciona-se “com as razões pelas quais os documentos vieram a existir e com as razões pelas quais foram preservados”.

E esses motivos se refletem nas características que os documentos arquivísticos apresentam. Para VAZQUÉZ (1997),

Os documentos de arquivo apresentam uma característica: vivem um “ciclo vital”, ou vida com idades. Nascem, mediante uma tramitação,

chegam à fase adulta, quando têm força pra mandar, testemunhar ou informar e logo, já velhos, são utilizados como fonte para a investigação histórica. (VAZQUÉZ, 1997, p. 14)

Para Duranti (apud LOPEZ, 1996, p. 22)

A primeira característica dos registros documentais é a *imparcialidade*. Os registros são inerentemente verdadeiros ou, como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson [(1922, PP.11-12)], “livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje”. Isto não quer dizer que as pessoas que intervêm em sua criação são livres de preconceitos, mas que as razões por que eles são produzidos (...) e as circunstâncias de sua criação (...) asseguram que não são escritos “na intenção ou para informação da posteridade” (...) Deve-se ressaltar que imparcialidade não significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividades geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos”. (apud LOPEZ, 1996, p. 22)

Complementando as características dos documentos de arquivo, Sousa (2007), a partir de conceitos apresentados por Martín-Pozuelo Campillos, aponta cinco traços que os tornam diferentes dos demais documentos.

- 1- O contexto em que é criado. “Todo documento de arquivo é produto de um acúmulo de circunstâncias muito específicas que encadeadas umas às outras lhe conferem um traço diferenciador do resto dos documentos. (...) Dessa maneira, o valor informativo incluído em seu conteúdo informacional ficaria desvirtuado se fosse separado dos motivos de sua gênese”. Essa característica é, para a autora, suficiente para distingui-los de outros objetos. E é dela que decorrem os outros elementos;
- 2- Sua unicidade. “(...) para estabelecer um paralelo, pode-se dizer que os documentos vêm para povoar os arquivos como o homem veio para povoar a Terra: do mesmo modo que não existem duas pessoas iguais, nenhum documento é igual ao outro”. Essa característica é derivada não da proximidades com a gênese do documento, mas de sua gênese mesma;
- 3- Sua autenticidade. ‘Em sua origem os documentos de arquivo não são senão ferramentas de trabalho da administração, fato que, sem dúvida, lhes confere a categoria de autênticos, convertendo-os, depois, em testemunhos fiéis de momentos e situações específicas”;
- 4- A heterogeneidade de seu conteúdo e a multiplicidade da informação nele contida. Independente da matéria ou assunto que trate, cuja riqueza informativa-cultural é de alguma maneira incalculável, um documento de arquivo contém uma informação sempre indefinível e desde logo alheia ao objeto de sua criação. A autora se refere a um tipo de informação considerada não literal e cuja leitura é feita nas entrelinhas. O documento singular oferece uma informação acerca do trâmite e das possíveis incidências do mesmo;
- 5- A necessidade de que cada uma das características esteja sempre presente. A ausência de uma das características invalida o resto. (SOUSA, 2007, p. 108-109).

Pereira (1978) reforça o caráter orgânico dos documentos ao afirmar que:

Todo documento é conservado, ao menos provisoriamente, para servir de prova dum facto ou duma acção, ou simplesmente para dele se conservar a memória por qualquer motivo (administrativo, político, histórico, jurídico, cultural ou científico, religioso, etc.), mas esse documento só adquire todo o seu valor quando considerado no contexto dos outros documentos entre os quais ele toma lugar. (PEREIRA, 1978, p. 18).

2.7 Relações entre documento oral e documento arquivístico

Assim como o documento de arquivo apresenta como característica principal a organicidade, o documento oral possui como característica que o “difere dos demais documentos tradicionais e historicamente aceitos: a espontaneidade do registro da informação gravada e a intencionalidade da preservação para o futuro” (CORRÊA, 1978).

As características apontadas por Corrêa apresentam o documento oral como um documento criado por provocação para sua preservação futura³. Isso o coloca em oposição ao documento de arquivo, que surge naturalmente em decorrência das atividades de uma organização ou pessoa, e sua preservação é um interesse secundário, após seu efeito imediato ser cumprido.

De acordo com o autor

(...) pelas características próprias do documento extraído da entrevista de História Oral, ele não se enquadra na tradicional relação de tipos de documentos, principalmente pelo seu caráter intencionalmente preservatório de informações do presente, para o futuro e, dentre as fontes estudadas, aquela que mais se aproxima da fonte de História Oral, é o monumento público, megalítico ou não, mas praticamente o menos precíval, que é feito e erigido para a posteridade. Entretanto, apesar desta semelhança quanto à intenção da preservação, ele difere pelo fato de ser erigido, normalmente, pelas classes dirigentes, pelas elites, tornando-se, conseqüentemente, parcial quanto à informação que pretende deixar. (CORRÊA, 1978, p. 87).

Sobre as diferenças entre o documento oral e o documento arquivístico, Rouso (1996) pontua que

³ De acordo com Corrêa (1978), um dos aspectos “que caracteriza os objetivos da história oral é a intencionalidade da formação do documento histórico para sua utilização no futuro, isto é, recolher um material virgem para ser utilizado posteriormente” (p. 16).

A diferença de estatuto entre essas duas fontes salta imediatamente aos olhos. Elas não são produzidas na mesma hora: uma é contemporânea dos fatos, a outra posterior; elas não têm as mesmas condições de abundância, já que nenhuma pesquisa oral, mesmo sistemática, pode rivalizar com a massa de documentos de todo tipo produzidos pelo mais insignificante organismo, sobretudo público; elas não têm as mesmas finalidades: uma é de caráter memorial, pretende ser um vestígio induzido, consciente e voluntário do passado; a outra é funcional antes de ser vestígio, tanto é verdade que ninguém pode prever com certeza se este ou aquele documento será conservado ou não, e por quanto tempo. (ROUSSO, 1996, p.3)

A contribuição de Corrêa (1978) para o esclarecimento das diferenças existentes entre documento oral e documento arquivístico acontece pela afirmação de que a documentação resultante da história oral “não foi elaborada intencionalmente para a pesquisa histórica no futuro”. O autor continua, afirmando que “é justamente nesse ponto, o da intencionalidade, que o documento de História Oral difere dos demais documentos históricos tradicionalmente conhecidos”.

Para Corrêa (1978), o documento oral está em vantagem em relação aos documentos tradicionais, pois

O documento de História Oral é basicamente fonte para o futuro, enquanto que os documentos ou fontes tradicionais, em geral, não são produzidos com a intenção de, intactamente, servirem para o futuro e, quando o são, suas feitura mostram pontos de vista unilaterais dos fatos que pretendem demonstrar. (CORRÊA, 1978, p.87)

Porém há autores que não visualizam diferenças entre essas duas fontes de informação. É que afirma Pollak (1992), ao comentar as críticas feitas à história oral baseadas em sua característica de captar a memória por meio de entrevistas.

Sobre a crítica à história oral como método apoiado na memória, capaz de produzir representações e não reconstituições do real: Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p. 8)

O trecho anterior confirma a idéia de que a relação existente entre documento oral e documento arquivístico não é marcada apenas por diferenças. Ambas as fontes, “só deixam de ser vestígios do passado para se

tornarem 'fontes históricas' no momento em que um observador decide erigi-los como tais" (ROUSSO, 1996, p. 4). Isso acontece quando um documento arquivístico é classificado ou um documento oral é criado com a intenção de ser disponibilizado para a pesquisa no futuro (CORRÊA, 1978).

o testemunho [oral] assim como o arquivo dito escrito revelam por sua própria existência uma falta, idéia esta tomada emprestada a Michel de Certeau. O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu ... sem deixar vestígio - todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado (ROUSSO, 1996, p. 6)

A afirmação acima aproxima os documentos orais e os arquivísticos por meio de uma análise de sua característica de ser a representação de um fato ocorrido. Pelos aspectos que os assemelham, a relação existente entre história oral e arquivos é de complementaridade (ALBERTI, 1989).

Pode-se dizer que, na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial e peculiar, uma vez que é realizando uma *pesquisa*, em arquivos, bibliotecas, etc., e com base em um projeto, que se pode produzir entrevistas que se transformarão em *documentos*, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documentos é bidirecional, pois enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início. (ALBERTI, 1989, p. 45, grifo nosso)

De acordo com (THOMPSON, 1992), na maioria das vezes, o papel do documento oral "é complementar ou suplementar na reinterpretação de documentos e no preenchimento de suas lacunas e fraquezas". Pacheco (1994), no entanto, defende que "mais do que preencher lacunas, importa a obtenção de fatos e momentos específicos na história da instituição". Deve-se considerar, então, que "para a História não existe apenas o documento escrito, mas tudo o que cerca o homem, serve ao homem" (BONI apud PACHECO, 1994).

Meihy (apud ROUCHOU, 2000) aponta o documento oral como o ponto de onde se parte para organizar outras fontes "integradoras ou não do discurso analítico". Segundo o autor, "a História Oral nasceu como ferramenta, como

ponto de apoio para buscar a verdade onde esta não aparecia”. Desta forma, onde não há documentação recorre-se à História Oral.

Essa afirmação é corroborada por Corrêa (1978) que diz que “o documento de História Oral, se não substitui os documentos tradicionais, completa-os porque é intencionalmente preparado para o futuro”. Segundo Alberti (1989), “a produção deliberada do documento de história oral permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza”.

(...) Suponhamos que se pretenda estudar a história de determinada empresa. Haveria diversas maneiras de abordar o tema. Uma delas consiste em pesquisar os documentos escritos que a empresa produziu desde sua criação: seus estatutos, as atas de reuniões, as faturas, correspondência etc. Uma pesquisa sistemática nessas fontes pode resultar na produção de um documento de trabalho que dê conta da trajetória da empresa, seus percalços, o tipo e o número de funcionários empregados ao longo dos anos, as mudanças de rumo, sua relação com o mercado, a estrutura de produção etc. Uma outra possibilidade consiste em empregar a metodologia de história oral: dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer sobre a trajetória da empresa, e sim para as versões que aqueles que participaram de, ou testemunharam tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais versões seja relevantes para o objetivo da pesquisa.

Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer, contudo, que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido. Ou seja: voltando ao exemplo acima, caso seja pertinente estudar a história da empresa tomando como foco o ponto de vista do que dela participaram, o conjunto de documentos escritos que ela produziu serve de apoio para a investigação e de instrumento de análise das entrevistas. Um relatório assinado por um dos diretores da empresa, por exemplo, pode servir de belo contraponto à versão que esse mesmo diretor fornece 30 anos depois sobre o mesmo assunto. (ALBERTI, 1989, p. 13)

Ainda sobre a característica de complemento aos documentos arquivísticos atribuída ao documento oral, Corrêa afirma que

A História Oral existe como técnica subsidiária às outras técnicas de pesquisa nas demais fontes e toda informação extraída através dela deve ser virem pelo fato de ainda não ter sido escrita (e, portanto, transformada em documento tradicional), ou deve servir para reafirmar ou negar o material escrito. (CORRÊA, 1978, p. 25)

De acordo com Thompson (1992), “em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor, em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes”. Esse autor ainda afirma que “o mais das vezes, o papel da evidência oral é menos sensacional, é complementar ou suplementar na reinterpretação de documentos e no preenchimento de suas lacunas e fraquezas” (p.177).

Para o autor,

(...) uma vez que a comunicação original foi oral, o registro oral propicia o documento mais preciso. Inversamente, quando a documentação original foi, ela mesma, escrita, como numa carta, esta deve continuar a ser o melhor registro. (THOMPSON, 1992, pág.s 145 – 146)

Ainda sobre as possibilidades de uso e diferenças entre o documento oral e o documento arquivístico, Thompson (1992) aponta que

(...) A entrevista pode revelar a verdade que existe por trás do registro oficial. Ou, então, a divergência poderá representar dois relatos perfeitamente válidos a partir de dois pontos diferentes, os quais, em conjunto, proporcionam pistas essenciais para a interpretação verdadeira. (...) (THOMPSON, 1992, p. 307)

Porém essa diferenciação entre documentos orais e documentos arquivísticos devem ser desconsideradas no momento que ambos forem arquivados.

Respecto a la entrada em los archivos de documentos procedentes de la historia oral o de la tradición oral, no se puede establecer ninguna diferencia entre ambas fuentes, ya que tan solo se diferencian en el planteamiento metodológico usado em el momento de la creación de cada una de ellas, y las dos son proyecciones del pasado desde la perspectiva del presente, bien a partir de la memoria de los testimonios o de la tradición (QUERALT, 2004, p. 80-81).

Sobre a inserção de documentos orais nos arquivos, Alberti aponta que :

Pode-se dizer que, na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial e peculiar, uma vez que é realizando uma *pesquisa*, em arquivos, bibliotecas etc., e com base em um projeto, que se pode produzir entrevistas que se transformarão em *documentos*, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documentos é bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início. (ALBERTI, 1989, p. 45).

Para Delmas:

Todos os arquivos são resultado da ação do indivíduo ou do organismo que os produz, recebe e reúne ao longo de uma atividade, e tais documentos se revestem de caráter pessoal. Dizem respeito à “vida privada” de alguém ou de um organismo, embora possam interessar indiretamente a várias outras pessoas, com as quais mantêm ligação mais ou menos importante. (DELMAS, 2010, p. 59).

Essa afirmação vai ao encontro da ideia de Thompson (1992), que afirma que a história oral exerce influência na “apresentação da história em

museus, arquivos e bibliotecas”. Para o autor, a utilização da história oral como ferramenta para a formação de acervo é “um meio de infundir vida a suas coleções”.

Desta forma, é possível inferir que a utilização da história oral para a produção de fontes é uma iniciativa que visa complementar as fontes documentais já existentes, não no sentido de estabelecer qual fonte é mais relevante por meio da criação de uma hierarquia, mas sim pela tentativa de recuperação de elementos não encontrados em fontes anteriores.

De acordo com Alberti (2004):

Antes de mais nada, convém lembrar que as entrevistas, como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado. No caso da história oral (como em muitos outros), as pistas são relatos do passado, surgidos *a posteriori*, portanto. O passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras. Assim, se dizemos que a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso *não* significa que o passado não tenha existido antes dela (ALBERTI, 2004, p. 78).

3. CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

3.1 Organização 1

A organização número 1 é uma companhia do setor de energia elétrica. É uma empresa de economia mista e capital aberto, controlada pelo governo brasileiro, que atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O programa de história oral é desenvolvido pelo centro de memória da organização, criado em 1986 com o objetivo de preservar a história da implantação e do desenvolvimento da indústria da eletricidade no país.

O centro de memória possui uma equipe de profissionais estruturada de forma interdisciplinar e é mantida por empresas e órgãos do setor de energia elétrica brasileiro, que objetivam aproximar o setor elétrico e a sociedade em geral.

A linha de trabalho da organização tem como temática, além do processo geral de implantação e desenvolvimento da eletricidade no país, o histórico de empresas e órgãos, de empreendimentos e de personalidades que marcaram a trajetória do setor de energia elétrica, bem como alguns assuntos específicos e relevantes, cuja análise contribui para a compreensão do papel desempenhado pela energia elétrica na formação do Brasil contemporâneo.

3.1.1 Tratamento da documentação oral

Seu programa de história, ainda em andamento, oral teve início em 1985, antes da constituição da organização em 1986, a partir de um convênio firmado com a Fundação Getúlio Vargas para coleta de depoimentos sobre o processo de constituição da empresa.

A coleta de depoimentos e o desenvolvimento do programa de história oral fazem parte das atribuições da Coordenadoria de Pesquisa do centro de memória da organização e constam de seu Regimento Interno.

As atividades relacionadas ao acervo resultante do programa de história oral são desenvolvidas por dois profissionais com formação em museologia.

O acervo oral é composto por gravação em áudio e vídeo e todas as entrevistas são transcritas. O acervo possui 253 fitas, 300 cds e 282 textos de testemunhos transcritos.

As entrevistas são feitas com base em roteiros especialmente preparados pela Coordenadoria de Pesquisa da organização, podendo ter quatro tipos básicos de encaminhamento: histórias de vida; entrevistas temáticas (meio ambiente, planejamento, operação interligada etc); entrevistas com gestores e administradores sobre a trajetória de empresas e órgãos do setor; entrevistas com técnicos e profissionais relevantes sobre os empreendimentos do setor.

Os documentos orais não estão incluídos no código de classificação / tabela de temporalidade da organização. O acervo não passa pelo processo de avaliação, pois é considerado de valor histórico e permanente. É feita eliminação no acervo quando o suporte está totalmente danificado, sem condições de reparo.

Algumas entrevistas possuem tratamento diferenciado pelo seu conteúdo, as consideradas de maior relevância podem ser objeto de projeto editorial. O acervo oral recebe documentos por meio de doação.

Os documentos orais recebem classificação por assunto: histórias de vida; entrevistas temáticas (meio ambiente, planejamento, operação interligada etc); entrevistas com gestores e administradores sobre a trajetória de empresas e órgãos do setor; entrevistas com técnicos e profissionais relevantes sobre os empreendimentos do setor.

No armazenamento, os documentos orais são agrupados por ordem de entrada na base de dados da instituição. O acervo oral possui uma base de dados como instrumento de pesquisa.

Os documentos são armazenados em estantes de aço e acondicionados em caixas de plástico. Eles passam por processo de higienização com procedimentos apropriados para cada tipo de suporte. Contra insetos, roedores e microorganismos é realizada dedetização periódica, limpeza diária e manutenção da temperatura adequada.

No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de temperatura por meio do uso de condicionadores de ar, para a iluminação é utilizada luz fria e a umidade do ar é controlada pelo uso de desumidificadores.

O acervo se encontra disponível para consultas na internet, por e-mail e na sede da instituição. A divulgação é feita no âmbito organizacional e para o público externo.

Os usuários do acervo possuem formação superior e fazem parte do público interno e do público externo. A restrição de acesso ao acervo é que só podem ser acessados os documentos que já estão tratados e registrados. E os usuários externos só têm acesso a reproduções.

3.1.2 Tratamento da documentação arquivística

O programa para tratamento da documentação arquivística existe desde 1986 e está em andamento. A guarda, identificação, classificação e tratamento de acervos arquivísticos faz parte das atribuições da Coordenadoria do Centro de Memória e constam do Regimento Interno da instituição. Existem três profissionais responsáveis pelo acervo arquivístico, com formação em museologia e biblioteconomia.

Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela instituição encontram-se no suporte textual, iconográfico, filmográfico, sonoro, micrográfico e informático.

Atualmente o acervo é composto por 1.344 registros arquivísticos; 110 registros filmográficos; 583 registros fonográficos; e 1.017 registros iconográficos (fotos, cromos, negativos, gravuras, diapositivos, cartões postais e contatos). A organização possui muitos outros documentos a serem registrados. Arquivísticos, por exemplo, calcula-se existir ainda cerca de 2.000 documentos a serem registrados.

A organização não possui comissão de avaliação e está elaborando a tabela de temporalidade e o código de classificação. Ainda não é feito o procedimento de eliminação no acervo.

Existe serviço de protocolo e as doações de documentação são registradas em contratos de doação. As doações são examinadas pelos profissionais responsáveis que descartam os documentos considerados impróprios à finalidade da organização e os devolvem ao doador.

As pesquisas no acervo arquivístico são feitas por meio de uma base de dados. Os documentos são armazenados em armários e estantes de aço e madeira e passam por uma limpeza periódica apropriada para cada tipo de

suporte. Contra insetos, roedores e microorganismos é realizada dedetização periódica, limpeza diária e controle de temperatura.

No ambiente onde fica armazenado o acervo arquivístico existe controle de temperatura por meio do uso de condicionadores de ar, para a iluminação é utilizada luz fria e a umidade do ar é controlada pelo uso de desumidificadores.

O acervo se encontra disponível para consultas na internet, por e-mail e na sede da instituição. A divulgação é feita no âmbito organizacional e para o público externo.

Os usuários do acervo possuem formação superior e fazem parte do público interno e do público externo. A restrição de acesso ao acervo é que só podem ser acessados os documentos que já estão tratados e registrados. E os usuários externos só têm acesso a reproduções.

3.2 Organização 2

A organização número 2 é uma fundação instituída em 2001 e oficializada em 2007. Ela foi criada por meio de doações financeiras de pessoas físicas e jurídicas e seu acervo é composto de documentos e objetos fornecidos pela família da personalidade política que dá nome à organização.

Esta fundação é uma pessoa jurídica de direito privado, sem vínculo com partidos políticos e governos e possui caráter nacional, com sede em São Paulo.

Seus objetivos são:

- Preservar, organizar e disponibilizar seu acervo ao acesso público;
- Desenvolver projetos e ações culturais e educativas voltadas à preservação de patrimônio cultural;
- Tornar-se referência em Centros de Memória.

O acervo possui a seguinte infra-estrutura para o acondicionamento de sua documentação:

- Sala de Reserva Técnica (com desumidificação);
- Armários deslizantes;
- Trainéis para emoldurados;
- Mapoteca;
- Sala de triagem e intervenções técnicas;

- Estações de consulta on-line para pesquisadores;
- Sala adequadas para atendimento à pesquisadores;
- Espaço para exposições.

A fundação possui um banco de dados com interface para o seu site e permite acesso online às informações sobre o acervo. Em 2008, o Centro de Memória desta fundação lançou o guia do acervo e realizou um seminário internacional sobre acervos dedicados a personalidades.

De maio a novembro de 2008 foram captados em áudio e vídeo 140 depoimentos com personalidades políticas, amigos e familiares da personalidade política que dá nome à fundação, compondo o projeto de história oral.

A fundação se apresenta como sendo direcionada a estudantes de História e profissionais da área. Seu trabalho consiste em atendimento a pesquisas, tratamento e desenvolvimento de novos projetos para o acervo.

O programa de história oral foi desenvolvido entre 2008 e 2009. O resultado foi a criação de 140 vídeos com depoimentos de familiares, amigos e personalidades que estiveram presentes ao longo da vida da personalidade que dá nome à fundação. O material encontra-se arquivado no centro de memória da organização e pode ser utilizado por pesquisadores e interessados. A referida fundação detém todos os direitos sobre a produção.

3.2.1 Tratamento da documentação oral

O programa de história oral se iniciou em 2008 e não teve continuidade, pois estava no escopo de um projeto finalizado no final do ano de 2009.

A organização não possui normas que respaldam e orientam a realização do programa. Existem dois profissionais, historiadores com especialização em arquivística, responsáveis pelo acervo oral. Este é composto de 140 cds contendo gravação em vídeo. As entrevistas não são transcritas.

É feito um delineamento dos assuntos que serão abordados nas entrevistas, para evitar que sejam concedidas informações desnecessárias para o programa filtrando-se os entrevistados e selecionando-se apenas os que tiveram contato com o personagem central do fundo do acervo.

Os documentos orais não estão incluídos no código de classificação / tabela de temporalidade da organização. O acervo não sofre eliminação.

Algumas entrevistas são disponibilizadas em um canal de vídeos on-line e o critério é a qualidade técnica de áudio e de conteúdo das declarações. Existe entrada de outros documentos para o acervo de história oral por meio de permuta.

Os documentos orais não recebem classificação e são agrupados pelo critério cronológico. O instrumento de pesquisa no acervo é um banco de dados.

Os documentos são armazenados em estantes de aço e acondicionados em caixas de plástico. Os documentos são higienizados por meio da retirada de poeira e sujidades quando necessário. Contra insetos, roedores e microorganismos é adotado o método de asfixia por atmosfera anóxica.

No ambiente onde fica armazenado o acervo oral não existe controle de temperatura ou iluminação, apenas de umidade do ar, com o uso de desumidificador de ambiente.

O acervo é divulgado na internet e redes sociais, apenas para o público externo. Seus usuários possuem formação média e superior e possuem proveniência interna e externa.

Como restrição de acesso ao acervo, há partes da documentação privada que necessitam de autorização da família para serem consultadas e não há empréstimo.

3.2.2 Tratamento da documentação oral

Existe um programa para tratamento da documentação arquivística, ainda em andamento, implementado há quatro anos. As normas da instituição que respaldam e orientam a realização do programa são as teorias e parâmetros consagrados na literatura arquivística. Existem dois profissionais responsáveis pelo acervo arquivístico, historiadores com especialização em arquivística.

Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela instituição encontram-se no suporte textual, cartográfico, iconográfico, filmográfico, sonoro e informático. Não existe comissão de avaliação, código de classificação ou

tabela de temporalidade na organização. Eventualmente é feito o procedimento de eliminação no acervo.

O instrumento de pesquisa do acervo arquivístico é o Guia. O mobiliário utilizado para armazenar os documentos são estantes de aço. Os documentos passam por retirada de sujidades, grampo metálicos, colas e etc.

Contra insetos, roedores e microorganismos são feitas limpeza periódica e asfixia com ambiente anóxia. No ambiente onde fica armazenado o acervo arquivístico não existe controle de temperatura ou iluminação, apenas umidade do ar por meio do uso de desumidificador de ambiente.

O acervo é divulgado na internet e redes sociais, apenas para o público externo. Seus usuários possuem formação média e superior e possuem proveniência interna e externa. Como restrição de acesso ao acervo, há partes da documentação privada que necessitam de autorização da família para serem consultadas e não há empréstimo no acervo.

3.3 Organização 3

A organização número 3 é um órgão público da união, responsável pela defesa da ordem jurídica, do patrimônio nacional e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Seu objetivo é zelar pela observância e pelo cumprimento da lei e pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição.

Este órgão tem autonomia na estrutura do Estado: não pode ser extinto ou ter atribuições repassadas à outra instituição. Seus membros têm liberdade para atuar segundo suas convicções, com base na lei.

O programa de história oral desse órgão é organizado por seu memorial, inaugurado em 2005, com o objetivo de mostrar para o cidadão a história e atuação desse órgão e seu papel como guardião da lei e defensor da sociedade.

Seus visitantes têm acesso a documentos, vídeos, móveis e peças históricas (as mais antigas datam de 1871). O Memorial oferece também uma série de painéis que mostram a estrutura do órgão, as formas de atuação e a relação com a sociedade. Dois terminais multimídia ficam disponíveis aos

visitantes.

De acordo com informações do site do órgão, seu programa de história oral tem como principal objetivo resgatar a memória organizacional por meio de entrevistas e depoimentos que registram a história do órgão pela ótica da vivência de membros e servidores.

O órgão entende que a utilização da história oral contribui para evitar que aspectos importantes de sua memória se percam. Para dar início ao processo de coleta das entrevistas, o órgão realiza um primeiro contato com o membro ou servidor, é realizada pré-entrevista, em que se registram os principais temas, lugares e objetos relacionados à experiência de vida do entrevistado. Posteriormente, grava-se a entrevista, obtêm-se as imagens relacionadas ao que foi dito e, por fim, cria-se o documentário histórico-videográfico.

3.3.1 Tratamento da documentação oral

O programa de história oral se iniciou em 2006. Não está em andamento pois não teve caráter contínuo: foi realizado um único projeto. À época, não foram elaboradas normas para respaldar e orientar a realização do projeto.

Apenas um profissional bibliotecário é responsável pelo acervo oral, composto por 48 cds. Os documentos orais são compostos por gravação em vídeo e as entrevistas são transcritas.

Não há tabela de temporalidade, pois os documentos do projeto já são considerados permanentes. Não é feita eliminação no acervo. Os documentos orais não recebem classificação e o instrumento de pesquisa utilizado é o catálogo.

Os documentos são armazenados em armários de madeira e acondicionados em capa própria para DVD. Os documentos não passam por processo de higienização. Contra insetos, roedores e microorganismos, é feita dedetização e desratização. No ambiente onde fica armazenado o acervo oral não existe controle de temperatura, iluminação ou umidade do ar.

O acervo é divulgado na internet e na internet para o público interno e externo. Os usuários do acervo possuem formação média e superior. Apenas

servidores autorizados podem ter acesso ao ambiente de armazenamento do acervo. Porém, não existem restrições de consulta ou empréstimo.

3.3.2 Tratamento da documentação arquivística

Os dados a respeito do tratamento da documentação arquivística na organização 3 são referentes ao acervo histórico.

O programa de tratamento da documentação arquivística foi implementado há um ano e está em andamento. A organização possui normas que respaldam e orientam a realização do programa de tratamento da documentação arquivística. Apenas um profissional com formação em arquivologia é responsável pelo acervo arquivístico.

Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela organização encontram-se no suporte textual, iconográfico, filmográfico, sonoro e informático. O acervo é composto por 41 caixas de documentos.

Existe comissão de avaliação no órgão, porém o código e a tabela de temporalidade ainda não foram elaborados. Não existe eliminação no acervo. O guia é o instrumento de pesquisa utilizado no acervo arquivístico.

Os documentos são armazenados em armários de aço. O processo de higienização consiste na retirada de objetos metálicos e sujidades. Contra insetos, roedores e microorganismos é feita desratização e dedetização. Nos ambientes onde fica armazenado o acervo arquivístico não existe controle de temperatura, iluminação ou umidade do ar.

O acervo é divulgado na intranet, apenas no âmbito organizacional. Os usuários do acervo possuem formação média e superior e são os próprios servidores do órgão. O acesso ao local de armazenamento do acervo é restrito a servidores autorizados. Mas a consulta e o empréstimo não possuem restrição.

3.4 organização 4

O Centro de Memória foi criado em 1997, oficializado em 1999 e teve estabelecidas as seguintes finalidades: promover o levantamento histórico; preservar a memória; promover a formação do acervo permanente da

“Memória”; realizar o inventário do acervo; estimular e inter-relacionar atividades de instituições culturais no resgate da memória trabalhista do Estado e estimular a consciência social na pesquisa, conservação e restauração do patrimônio trabalhista do estado no qual se situa.

O Centro de Memória é um órgão de pesquisa e informação voltado não somente à formação dos servidores, mas à integração com diferentes entidades governamentais ou não, institutos culturais, instituições de ensino e outros segmentos da sociedade, como agente de resgate e divulgação da memória histórica da organização. É ele quem desenvolve o programa de história oral e gerencia os acervos Fotográfico, Audiovisual e Textual do órgão.

O objetivo do programa de história oral do Centro de Memória é realizar pesquisas que contribuam para a realização dos objetivos da organização que são recuperar, registrar, preservar e divulgar a história do órgão.

Retomado no 2º semestre de 2010, o programa visa aproveitar os fatos e informações importantes e interessantes trazidos pelas primeiras entrevistas com juízes, servidores, advogados, juristas, professores, sindicalistas, cujas trajetórias de vida profissional se ligavam, em maior ou menor grau, ao órgão.

3.4.1 Tratamento da documentação oral

O programa de história oral se iniciou em 1999 e está em andamento. A organização não possui normas que respaldam e orientam sua realização.

Os profissionais responsáveis pelo acervo possuem a seguinte formação: uma funcionária graduada em Direito, com especialização em História, um funcionário graduado em Direito, uma funcionária graduada em História e um funcionário graduado em Comunicação Social, com doutorado em Sociologia Política. O acervo de documentos orais é composto por gravação em vídeo e as entrevistas, desde 2010, são transcritas.

A partir de 2010, quando o programa foi retomado, construíram-se duas hipóteses investigativas, articuladas entre si. A primeira é de que a Justiça do Trabalho tem dado, apesar de seus defeitos e incompletudes, uma contribuição positiva para a construção de um patamar mais civilizado de relações

trabalhistas do que uma nação construída com base na escravidão possui por herança histórica. A segunda é que o órgão – e a Justiça do Trabalho como um todo – passaram, a partir da década de 1980, por uma profunda transformação quantitativa e qualitativa que o transformou, de uma instituição pequena e paroquial, a uma grande e complexa instituição. O objetivo das entrevistas, portanto, é uma abordagem que tente aprofundar, confirmar ou modificar esses pressupostos.

Os documentos orais não estão incluídos no código de classificação ou na tabela de temporalidade do órgão e o acervo não passa pelo processo da eliminação.

Os documentos orais não recebem classificação e não possuem instrumento de pesquisa. Eles são armazenados em estantes de madeira e acondicionados em caixas de papelão. Os documentos não são higienizados. Contra insetos, roedores e microorganismos é feita uma dedetização anual nas dependências do órgão.

No ambiente onde fica armazenado o acervo oral não existe controle de temperatura nem umidade do ar, apenas de iluminação, com o uso de janelas com persianas, sempre fechadas, e insulfilmes nos vidros. O acervo é divulgado na intranet e não existem restrições de acesso ou consulta.

A organização não respondeu a segunda parte do questionário, referente à documentação arquivística.

3.5 Organização 5

A organização número 5 é um órgão Justiça Federal sediado em Brasília. Entre suas competências está:

- os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

- os mandados de segurança e os "habeas-data" contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;
- os "habeas-corpus", quando a autoridade coatora for juiz federal;
- os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal;

A seguir, serão descritos os métodos de tratamento da documentação arquivística e da documentação resultante do programa de história oral da organização.

3.5.1 Tratamento da documentação oral

O programa de história oral se iniciou em 2008 e não está em andamento por falta de pessoal. A organização possui uma portaria que respalda e orienta a realização do programa e não existem profissionais responsáveis pelo acervo oral.

Os documentos orais são agrupados de acordo com o nível de influência do entrevistado. O acervo oral não possui instrumento de pesquisa e se encontra armazenado em HD de computador e servidor. Os documentos textuais são acondicionados caixa –arquivo de PVC.

Os documentos textuais são higienizados por meio da desmetalização, retirada de sujidade em geral e eventualmente é feito reforço ou troca das capas de processos.

Contra insetos, roedores e microorganismos é feita dedetização e limpeza do local de armazenamento. No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de temperatura.

O acervo é divulgado por meio de folder tanto no âmbito organizacional quanto para o público externo. Seus usuários possuem formação média e superior. Não existem restrições de acesso ou empréstimo no acervo.

3.5.2 Tratamento da documentação arquivística

Existe um programa para tratamento da documentação arquivística, implementado em 2008 e que está em andamento. Existe uma portaria e uma resolução do órgão que respaldam e orientam a realização do programa.

Ao todo, existem sete profissionais responsáveis pelo acervo com formação em biblioteconomia, direito e nível médio. Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela instituição encontram-se no suporte textual, iconográfico, filmográfico e informático.

O acervo possui cerca de 30.000 caixas arquivo, objetos que se encontram no memorial, mas que ainda não foram catalogadas. O órgão possui código de classificação e tabela de temporalidade. Anualmente é feita eliminação no acervo.

A documentação arquivística recebe classificação no momento da produção do documento e é armazenada em estantes de aço. O acervo passa por higienização e são adotadas medidas contra insetos, roedores e microorganismos. No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de temperatura. O acervo é divulgado por meio de folder.

3.6 Organização 6

A organização número 6 é um órgão Justiça do trabalho e tem o objetivo de conciliar e julgar os conflitos entre patrões e empregados, decorrentes das relações trabalhistas demandadas por uma das partes.

O memorial desse órgão tem como princípios preservar e difundir a memória institucional por meio de atividades culturais, educativas e técnicas. Atua nos campos da História, Memória, Trabalho e Cidadania, tendo seu acervo como referência permanente. A formação e desenvolvimento da coleção são realizados a partir de doações e coletas sistemáticas em todas as instâncias do Tribunal, na capital e no interior do estado onde se encontra localizado.

O acervo foi formado, em sua origem, a partir de um princípio colecionista de insígnias, medalhas e objetos distintivos de magistrados do órgão e mobiliário institucional. Conta ainda com um acervo iconográfico e algumas centenas de documentos: livros de atas de audiências, livros de ofícios expedidos, livros de ponto, de protocolo, brochuras, excertos biográficos, fragmentos de jornais, certificados honoríficos. Compõe também o fundo documental do memorial, um acervo de processos trabalhistas produzidos entre os anos de 1939 e 1995.

3.6.1 Tratamento da documentação oral

O programa de história oral se iniciou em 2006 e foi retomado recentemente após cinco anos de pausa. A organização não possui normas que respaldam e orientam a realização do programa.

Existe um esforço conjunto de profissionais dos setores de arquivo, memorial, biblioteca e comunicação social para realização do programa de história oral. Esses profissionais possuem formação na área de Biblioteconomia, História, Jornalismo e Direito.

O acervo oral é composto por gravação em vídeo e todas as entrevistas são transcritas. Os documentos orais não estão incluídos no código de classificação ou tabela de temporalidade do órgão. Não é feita eliminação no acervo.

Todo material relativo a entrevistas está no memorial e, devido a pouca quantidade, os arquivos de computador estão em pasta específica para história oral e os impressos arquivados em pastas, devidamente identificadas.

Os documentos orais não recebem classificação e não existe um critério de agrupamento pré-estabelecido em seu armazenamento. O acervo oral não possui instrumento de pesquisa, devido a pouca quantidade.

Os documentos são armazenados em estantes de aço e backup para arquivos de computador. O acondicionamento é feito em caixas de papelão. No processo de higienização, os documentos impressos passam por uma limpeza manual. Contra insetos, roedores e microorganismos é feita dedetização periódica.

O acervo é divulgado para o público externo, por meio da internet. Os usuários do acervo possuem formação superior. Não existem restrições de acesso ou consulta.

3.6.2 Tratamento da documentação arquivística

O programa para tratamento da documentação arquivística foi implementado em 2002 e se encontra em andamento. Não existem normas da instituição que respaldem e orientem a realização do programa. Atualmente são quatro os profissionais responsáveis pelo acervo arquivístico, com formação em História e Direito.

Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela organização encontram-se no suporte textual, iconográfico, micrográfico e informático. A organização possui comissão de avaliação e código de classificação e tabela de temporalidade para a área meio/ fim. O procedimento de eliminação é feito no acervo anualmente. A documentação arquivística recebe classificação no momento do arquivamento.

O instrumento de pesquisa do acervo arquivístico é um sistema de gerenciamento de documentos. Os documentos são armazenados em estantes de aço. Não é feita higienização no acervo. Contra insetos, roedores e microorganismos é feita higienização do ambiente. No local de armazenamento do acervo arquivístico existe controle de umidade do ar por meio do uso de desumidificadores.

Não existe divulgação do acervo. Seus usuários possuem formação média e superior e são de origem interna e externa à organização.

O acesso ao acervo é restrito aos servidores do setor de arquivo. Para a realização de pesquisas uma sala é disponibilizada. Os documentos administrativos de pessoal somente podem ser manuseados pelo setor de pessoal, e qualquer processo que possua segredo de justiça também possui restrições.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Na primeira etapa de desenvolvimento da pesquisa foi alcançado o objetivo específico de analisar e comparar os conceitos e características de documento arquivístico e documento oral por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica, envolvendo levantamento de fontes de informação primárias e secundárias para o embasamento teórico. Nessa etapa foi possível analisar os conceitos de documento arquivístico e documento oral e elaborar uma comparação entre essas definições.

Na fase seguinte foi realizado um levantamento de dados em organizações que utilizam a metodologia da história oral para resgate de sua memória. Em um primeiro momento, o contato foi feito via telefone, explicitando os objetivos da pesquisa e, posteriormente, foram enviados questionários por correio eletrônico para a coleta de dados.

Estava previsto, no projeto desta pesquisa, outra fase que seria a de consulta e análise a documentos que orientassem e servissem de respaldo à realização dos programas de história oral implementados pelas organizações participantes da pesquisa. Porém a realização desta etapa não foi possível devido a não autorização de acesso a documentação de criação de cada programa de história oral que respondeu ao questionário da pesquisa.

Após a realização das etapas citadas, foi possível alcançar os objetivos específicos de Identificar diferenças e semelhanças entre o documento arquivístico e o documento oral em relação ao arquivamento, conservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices; e analisar as diferenças e semelhanças entre o documento arquivístico e o documento oral em relação ao arquivamento, conservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices a partir da prática de programas de história oral para o resgate da memória organizacional.

Para a realização da etapa da coleta de dados foram, em um primeiro momento, selecionadas 12 organizações seguindo como critério o porte da organização e a visibilidade que seu programa de história oral possuía.

Essas 12 organizações diferentes foram contatadas e informadas a respeito da pesquisa e seus objetivos, porém, desse total, apenas seis

organizações se dispuseram a responder o questionário. Nenhuma delas desejou ser identificada no trabalho. Por este motivo a cada uma delas foi atribuído um numeral, para que fossem realizadas as devidas referências na exposição dos resultados.

A análise dos dados coletados está dividida em duas partes: em um primeiro momento será apresentado o tratamento dispensado à documentação oral, e posteriormente, a realidade da documentação arquivística das organizações estudadas. Concluindo os resultados, apresentam-se comparações entre o tratamento recebido pelos documentos orais e o recebido pelos documentos arquivísticos de acordo com as informações prestadas pelas organizações. Nesta etapa são analisados os aspectos relacionados a produção, avaliação, classificação, descrição, difusão, aquisição e preservação dos documentos orais e arquivísticos nas organizações que utilizam o método da história oral para o resgate de sua memória.

4.1 Documentação Oral

Com relação à implementação de programas para tratamento da documentação oral, as organizações estudadas apresentam programas estabelecidos há muitos anos (tabela 1), porém essa iniciativa não perdurou em metade delas (gráfico 1).

	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Quando se iniciou o programa de história oral?	1985	2008	2006	1999	2008	2006

Tabela 1 - Início do programa de história oral

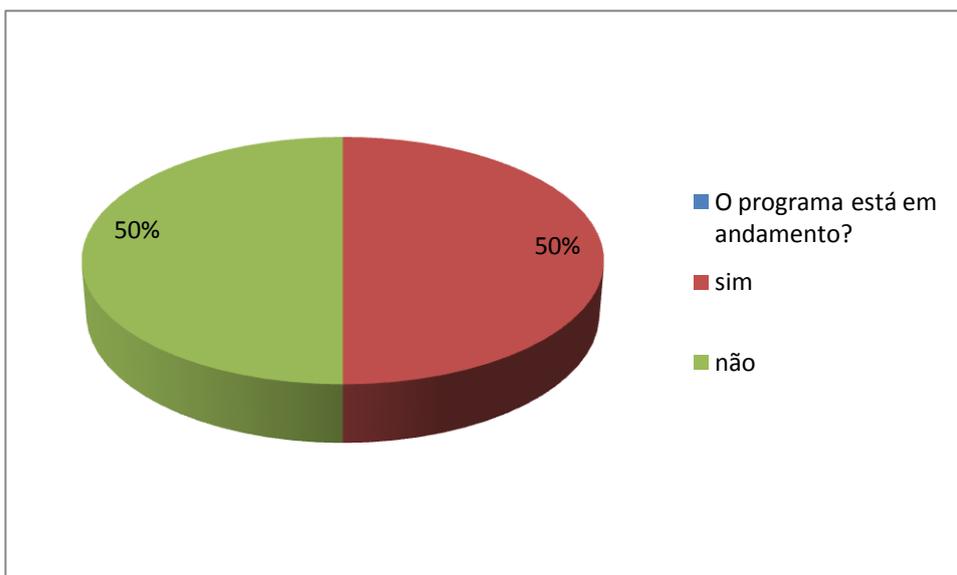


Gráfico 1 - Andamento do programa de história oral

A maioria dos programas de história oral possui diretrizes para orientar e regulamentar seu desenvolvimento na organização (gráfico 2) e possui profissionais qualificados para tratar da documentação oral resultante das atividades do programa.

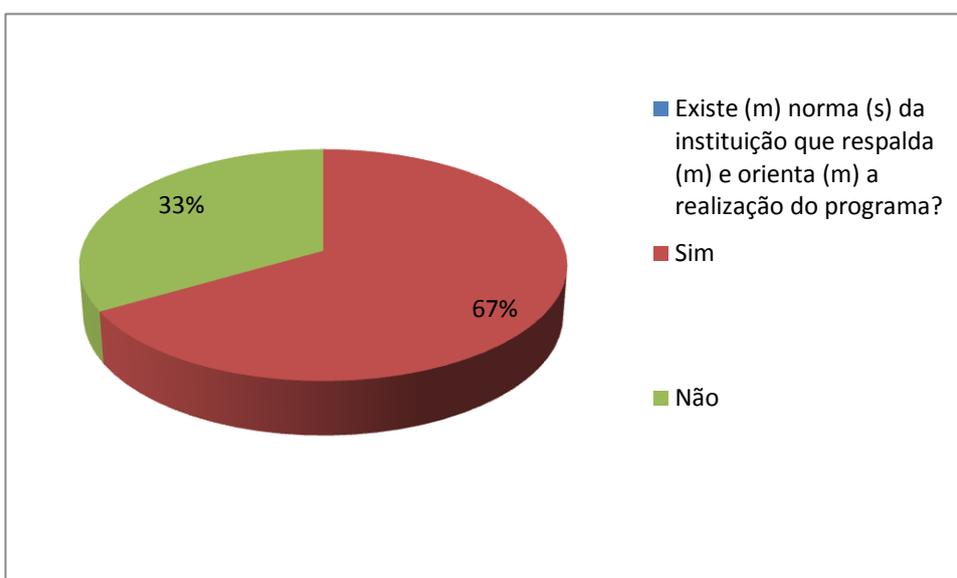


Gráfico 2- Existência de norma para regulamentar o programa de história oral

O acervo dessas organizações é composto, em sua maioria, por fitas de vídeo (tabela 2), sendo que apenas uma faz uso de fitas de áudio e vídeo para compor o seu acervo oral; e documento textual, resultante do processo de transcrição das entrevistas gravadas (tabela 3).

Como se dá a produção dos documentos orais:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
gravação em áudio	x				-	
gravação em vídeo	x	x	x	x	-	x

Tabela 2 - Produção dos documentos orais

As entrevistas são transcritas?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Sim	x		x	x	-	x
Não		x			-	

Tabela 3 - Transcrição de entrevistas

A documentação oral, na maioria das organizações, não passa pelos processos de classificação e eliminação (tabela 4 e tabela 5) e, em nenhuma delas, está incluída em seu código de classificação ou sua tabela de temporalidade.

É feita eliminação no acervo?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Não		x	x	x	-	x
Sim	x				-	

Tabela 4 - Eliminação no acervo oral

Os documentos orais recebem alguma classificação?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Não		x	x	x	-	x
Sim	x				-	

Tabela 5 - Classificação de documentos orais

Com relação ao armazenamento e acondicionamento da documentação oral, grande parte encontra-se em estantes (tabela 6) de aço e de madeira (tabela 7), guardada em caixas de plástico (tabela 8).

Qual o tipo de mobiliário utilizado para armazenar os documentos?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
armários						
estantes	x	x	x	x	-	
outro					-	x

Tabela 6 - Armazenamento de documentos orais

Qual o tipo de material do mobiliário utilizado para armazenar os documentos?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Aço	x	x			-	x
Madeira			x	x	-	
Outro					-	

Tabela 7 - Mobiliário de armazenamento

Em que tipo de invólucro os documentos são acondicionados?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Caixa de papelão						
Caixa de plástico	x	x		x	-	x
Outro			x		-	

Tabela 8 - Invólucro de acondicionamento de documentos orais

A documentação oral sob custódia dessas organizações é higienizada (tabela 9) e encontra-se em ambiente com controle de temperatura, iluminação e umidade do ar (tabela 10), visando a conservação desses materiais.

Os documentos passam por algum processo de higienização?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Não			x	x	-	
Sim	x	x			-	x

Tabela 9 - Higienização do acervo oral

No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Temperatura	x		-		x	-
Iluminação?	x		-	x		-
Umidade do ar	x	x	-			-

Tabela 10 - Ambiente de armazenamento do acervo oral

A divulgação do material resultante do programa de história oral é feita, dentre outras maneiras, por meio de entrega de folder e apresentação do programa na intranet da organização (tabela 11). Na maioria das organizações consultadas, o acervo oral tem sua divulgação voltada para o público externo (tabela 12).

Qual a forma da divulgação do acervo?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Cartaz						
Folder					x	
Intranet			x	x		x
Outro	x	x	x			

Tabela 11 - Forma de divulgação do acervo

Caso exista divulgação, ela é feita:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
apenas no âmbito organizacional	x				x	
para o público externo		x	x	x	x	x

Tabela 12 - Âmbito de divulgação

Os usuários desse acervo têm, em sua maioria, formação média ou superior (tabela 13) e fazem parte dos quadros de pessoal da organização (tabela 14), apesar de a política de divulgação das organizações ser voltada para o público externo.

Quem são os usuários do acervo por nível de formação:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
superior	x	x	x	-	x	x
Médio		x	x	-	x	
Básico						

Tabela 13 - Formação dos usuários do acervo

Quem são os usuários do acervo por tipo de origem:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Público interno	x	x	x	x	x	
Público externo	x	x			x	x

Tabela 14 - Origem dos usuários do acervo

4.2 Documentação arquivística

Com relação à existência de um programa para tratamento da documentação arquivística, as organizações consultadas apresentam iniciativas recentes de organização do acervo (tabela 15).

Quando começou o programa para tratamento da documentação arquivística?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Ano	1986	2008	2011	-	2008	2002

Tabela 15 - Início programa tratamento arquivístico

A documentação arquivística encontra-se, em sua maior parte, sob o suporte textual, iconográfico ou informático (tabela 16).

Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela instituição encontram-se em qual suporte?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Textual (documento impresso e manuscrito)	x	x	x	-	x	x
cartográfico (com representação geográfica)		x		-		
iconográfico (fotos)	x	x	x	-	x	x
sonoro (com registro fonográfico)	x	x	x	-		
informático (HD, disquete, CD)	x	x	x	-	x	x
filmográfico (audiovisual)	x	x	x	-	x	
micrográfico (microfilme e microficha)	x			-		x

Tabela 16 - Suporte da documentação arquivística

A maioria das organizações consultadas possui comissão permanente de avaliação de documentos (gráfico 3), porém não possui código de classificação (gráfico 4), logo não existe nessas organizações tabela de temporalidade. Porém, elas declararam fazer eliminação de documentos (gráfico 5).

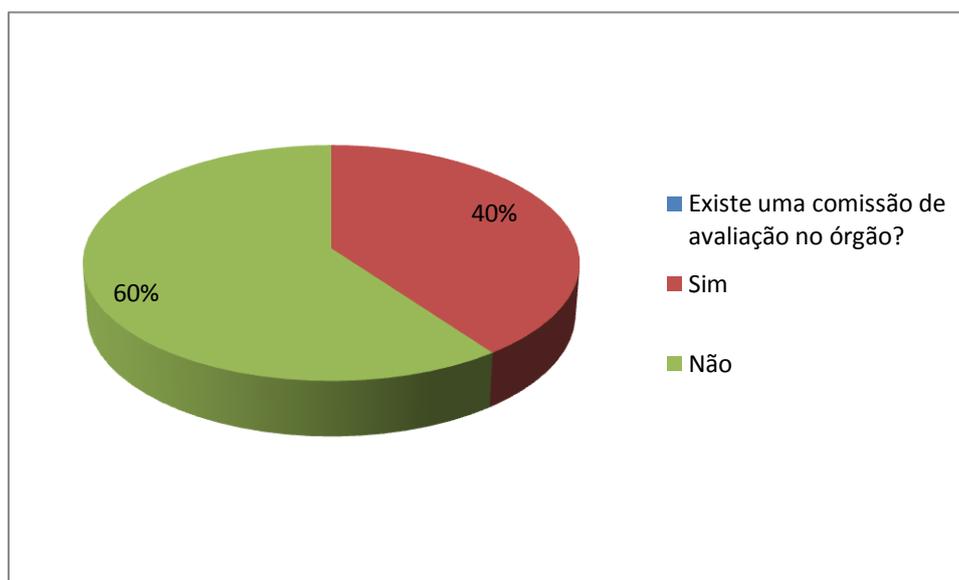


Gráfico 3 – Existência de comissão permanente de avaliação de documentos

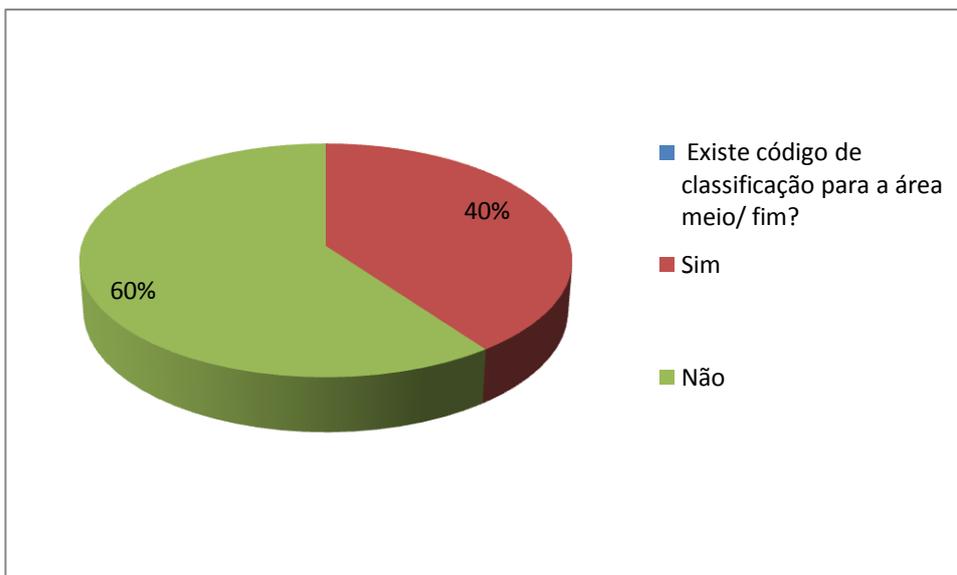


Gráfico 4 - Existência de código de classificação

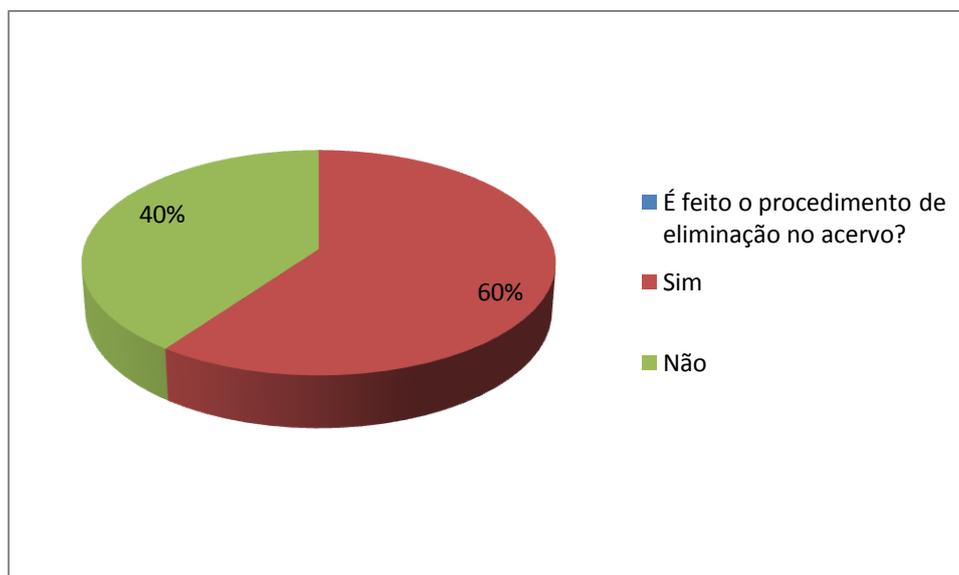


Gráfico 5 - Eliminação do acervo

A documentação é armazenada em armários e estantes (tabela 17) de aço ou madeira (tabela 18) e encontra-se, para sua boa conservação, em ambiente com controle de umidade do ar, temperatura e iluminação (tabela 17).

No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Temperatura	x		-	-	x	
Iluminação	x		-	-		
Umidade do ar	x	x	-	-		x

Tabela 17 - Aspectos de conservação

Qual o tipo de mobiliário utilizado para armazenar os documentos?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
armários	x		x			
estantes	x	x			x	x
outro						

Tabela 18 - Armazenamento de documentos

Qual o tipo de material do mobiliário utilizado para armazenar os documentos?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Aço	x	x	x	-	x	x
Madeira	x			-		
Outro				-		

Tabela 19 - Material do mobiliário de armazenamento

O acervo é divulgado, dentre outras formas, por meio da entrega de folder e espaço específico na intranet (tabela 20). Seus usuário são tanto o público interno quanto o externo (tabela 21), com formação média ou superior (tabela 22).

Existe divulgação do acervo?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Não				-		x
Cartaz				-		
Folder				-	x	
Intranet	x		x	-		
Outro	x	x		-		

Tabela 20 - Divulgação do acervo

Quem são os usuários do acervo por tipo de origem:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Público interno	x	x	x	-	-	x
Público externo	x	x		-	-	x

Tabela 21 - Origem dos usuários

Quem são os usuários do acervo por nível de formação:	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Superior	x	x	x	-	-	x
Médio		x	x	-	-	x
Básico				-	-	

Tabela 22 - Formação dos usuários

Os principais instrumentos de pesquisa utilizados pelas organizações pesquisadas são guia e catálogo (tabela 23).

Quais são os instrumentos de pesquisa do acervo arquivístico?	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Guia		x	x	-		
inventário				-		
catálogo			x	-		
índice				-		
outro	x			-	x	x

Tabela 23 - Instrumentos de pesquisa

Das seis organizações que participaram deste trabalho, quatro possuem normas para regulamentar o programa de história oral e o programa para tratamento de arquivos.

Para tratar tanto da documentação arquivística quanto da oral, as organizações contam com equipes de profissionais qualificados (tabela 24, tabela 25 e tabela 26).

Acervo	Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Oral	2	2	1	4	0	4
Arquivo	3	2	1	0	7	4

Tabela 24 - Quantitativo de profissionais

Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Museologia e historiadora (Coordenadora)	Historiadores com especialização em arquivística	Biblioteconomia	Direito, com especialização em História	-	Biblioteconomia
Museologia			Direito	-	História
			História	-	Jornalismo
			Comunicação Social, com doutorado em Sociologia Política	-	Direito

Tabela 25 - Formação dos profissionais que tratam a documentação oral

Org. 1	Org. 2	Org. 3	Org. 4	Org. 5	Org. 6
Museologia e historiadora (Coordenadora)	Historiadores com especialização em arquivística	Arquivologia	-	Arquivologia	Biblioteconomia
Museologia			-	Biblioteconomia	História
Biblioteconomia			-	Direito	Jornalismo
			-	Nível médio	Direito

Tabela 26 - Formação dos profissionais que tratam a documentação arquivística

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da memória organizacional é um assunto que vem alcançando destaque em organizações que dão valor tanto a seus registros documentais quanto às pessoas que fazem parte de sua história. Como metodologia para o resgate da memória de empresas, a história oral possibilita a gravação de depoimentos de funcionários e se apresenta como um complemento aos registros que os documentos escritos não incluíram.

É importante ressaltar que essa noção de documento oral como complemento dos documentos escritos não é utilizada para estabelecer uma hierarquia entre as fontes de informação: aquelas informações que não foram explicitadas na época da elaboração do documento escrito e que estão apenas na cabeça das pessoas são, com o auxílio da história oral, recordadas e gravadas, podendo servir de complemento àquelas informações que foram registradas no passado e ajudar a recriar, e enriquecer compreender algum contexto anterior.

Utilizando-se de entrevistas para acrescentar fatos inéditos aos já explicitados em outras fontes, a história oral permite que o passado seja lembrado e registrado para consultas futuras. No caso da aplicação em organizações, a história oral permite o recolhimento de informações que podem ser utilizadas estrategicamente.

A história oral pode ser identificada como um instrumento da Gestão do Conhecimento, pois permite uma captação e compartilhamento do conhecimento presente em uma organização, agregando valor a seus procedimentos por meio do conhecimento de suas práticas do passado.

Sendo o resultado da utilização da história oral o documento oral, um documento gerado por uma provocação inicial, a iniciativa de se registrar o passado de uma organização por meio de entrevistas com seus funcionários para que o conhecimento que ainda não foi explicitado não se perca.

Consideramos como documento oral não só as gravações resultantes do programa de história oral – documento audiovisual, como também as transcrições das entrevistas – documento textual.

O documento arquivístico, ao contrário do oral, que surge para uma utilização mediata, com o objetivo de ser disponibilizado para a pesquisa futura; possui uma natureza orgânica, na qual seu surgimento está relacionado com uma utilização imediata, voltada para fins específicos da organização que deu origem a ele. A disponibilização do documento de arquivo para pesquisa futura é estabelecida em um segundo momento, quando o motivo pelo qual foi criado tiver sido realizado.

Na realização do trabalho foi possível atingir o objetivo geral proposto inicialmente, que era o de compreender a relação entre o documento oral e o documento arquivístico no contexto da preservação da memória organizacional. Ambos se complementam e se enriquecem, à medida que apresentam informações que o outro, em sua criação, não contemplou.

Os dados analisados permitiram concluir que a implementação de um programa de história oral em uma organização não ocorre de maneira distante e independente de um programa organizacional para tratamento da documentação arquivística.

Ambos possuem seu delineamento estruturado e respaldado por diretrizes e normas. Nas organizações pesquisadas, o programa de história oral surgiu antes do programa voltado para o tratamento da documentação arquivística. Porém, enquanto apenas metade dos programas de história oral iniciados está em andamento, todos os programas para tratamento de documentos de arquivo ainda se encontram vigentes.

Quanto ao processo de conservação e preservação do acervo, foi possível identificar uma semelhança entre os investimentos para o acondicionamento e armazenamento da documentação oral e da documentação arquivística, que se encontra refletida em atitudes como aquisição de mobiliário específico para a guarda da documentação, além de controle da temperatura e medidas contra a destruição do acervo por insetos, roedores ou microorganismos.

Nas organizações estudadas, ambos os acervos, oral e arquivístico, são divulgados para a pesquisa tanto do público interno quanto do externo e seus usuários possuem níveis de formação acadêmica semelhantes. Isso demonstra que a formação dos usuários desses acervos não é um fator que exerce

influência no interesse de pesquisa no acervo oral ou no acervo arquivístico. O nível acadêmico dos pesquisadores dos dois acervos é semelhante.

De posse dessas informações, é possível estabelecer que o documento oral e o documento arquivístico, quando analisados no contexto da preservação da memória de organizações, se complementam, apesar de serem diferentes do ponto de vista de intencionalidade de formação do acervo.

Também é possível afirmar que suas diferenças de formação não interferem no tratamento que recebem quando inseridos no contexto organizacional: as iniciativas e investimentos em relação ao arquivamento, conservação, processo de recuperação da informação e elaboração de índices são direcionadas de maneira semelhante para ambos os acervos.

6. RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA

As relações existentes entre a arquivologia e a história oral não se esgotam na abordagem apresentada neste trabalho. Os recortes aqui realizados apresentam apenas um ponto de vista sob o todo deste campo de pesquisa, que é muito abrangente.

Como possíveis temas a serem pesquisados futuramente, sugerimos:

- As relações entre a arquivologia e a história ;
- Arquivologia e a preservação da memória organizacional;
- Arquivologia e Gestão do Conhecimento.

7. REFERÊNCIAS

ABECKER, A.; BERNARDI, A.; HINKELMANN, K.; KUHN, O.; SINTEK, M. Towards a Well-Founded Technology For Organizational Memories. In: aaai SPRING SYMPOSIUM ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN KNOWLEDGE MANAGEMENT. **Proceedings...** Stanford: Stanford University, 1997.

ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. Introducción: la historia oral contemporânea: uma mirada plural. In: ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo (Coord.). **Historia oral: ensayos y aportes de investigación.** p. 9-20.

ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15-25.

AIRES, L.F.A.. O percurso complexo da memória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/17834>>. Acesso em 22 out. 2011.

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do Cpdoc.** Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, 1989.

_____. **História oral e arquivos.** In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

_____. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BAKER, Kathryn. Where will knowledge management take us? IN: MATTA, Nada; DIENG-KUNTZ, Rose. **Knowledge management and organizational memories.** Boston: Kluwer Academic, 2002.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional.** Intercom, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 27-31.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

BRITO, Verônica Martins de. **A preservação da memória científica da Fiocruz**: a visão de quem faz ciência. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, CNPq/IBICT/UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2002.

CARBONE, Salvatore. História e arquivística. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 11, n. 1, jan./jun. 1983. p. 45-53.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coords.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2006.

CONKLIN, Jeffrey. Capturing organizational memory. In: COLEMAN, D. **Groupware '92**. Baecker: Morgan Kaufmann, 1992.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral**: teoria e técnica. Florianópolis: UFSC, 1978.

COSTA, Icléia Thiesen M. **Memória Institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, CNPq, IBICT, UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Memória institucional do IBGE**: em busca de um referencial teórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. Memória institucional e representação: da árvore ao rizoma. In: LEMOS, M.T.T.B.; BARROS, J.F.P. de. **Memória, representações e relações interculturais na América Latina**. Rio de Janeiro: UERJ; INTERCON, 1998. p.105-116.

CROSS, R.; BAIRD, L. Technology is not enough: improving performance by building organizational memory. **Sloan Management Review**, v. 41, n. 3, p. 69-78, Spring 2000.

DEL HOYO, Maria del Carmen Pescador. **El problema de la descripción de fondos documentales**. In: De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1987. p. 117-127.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FERREIRA, M. "Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil", **História Oral**, n. 1, Jun. 1998. p. 19-30.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 4-13.

GALLEGO DOMINGUEZ, Olga y LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. **Introducción a la Archivística**. Espanha: Departamento de Cultura y Turismo del Gobierno Vasco, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUTIÉRREZ, Mario Pérez-Montoro. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: TARAPANOFF, K.(Org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT/UNESCO, 2006.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Breve Arqueologia da história oral. **História Oral**, v. 1, 1998. p. 61-65.

HARRES, Marluza Marques. História Oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/28/28art5.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1996, p. 209-16, mai./ago.

JENNEX, Murray E.; OLDFMAN, Lorne. Organizational memory. In: HOLSAPPLE, Clyde W. **Handbook on knowledge management: knowledge matters**. Berlin: Birkhauser, 2004.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 15-36.

McInerney, V. **Educational psychology: constructing learning**. Frenchs Forest, NSW. Pearson, Australia, 2006.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MATOS, M. T. N. B. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia**. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A história, cativa da memória?: para um mapeamento das Ciências Sociais**. São Paulo, n. 34, 1992. p. 9-23.

MORAES, Cássia Regina Bassan; FADEL, Bárbara. Triangulação metodológica para o estudo da gestão da informação e do conhecimento em organizações. In: **Gestão da Informação e do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. Marta Lígia Pomim Valentim (Org.). São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. **Memória Organizacional e gestão do conhecimento**. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT/UNESCO, 2006.

_____. Gestão da Informação e do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MORRISON, Joline. Organizational memory information systems: characteristics and development strategies. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES: INFORMATION SYSTEMS TRACK-COLLABORATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY, 30., 1997, Hawaii. **Proceedings...** Hawaii, 1997.

MOSS, W; MAZIKANA, P. **Los archivos, la historia y la tradición orales: un estudio del RAMP**. Paris: Programa General de Información y UNISIST, UNESCO; Archivo General de la Nación, 1986.

NASSAR, Paulo. Sem memória, o futuro fica suspenso no ar. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004. p. 15-22.

PACHECO, Marcia R. Lazzari. Projeto Memória Institucional do SENAC de São Paulo: sistematizando o “saber” da instituição. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2; CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, Belo Horizonte, 1994, **Anais...** Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais. p. 554-560.

PEREIRA, Marcelino. **Alguns conceitos básicos da arquivística moderna**. Lisboa: Coimbra Editora, 1978.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 16 jun 2009.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria15.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2009.

_____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010.

QUERALT, Lluís Ubeda. El tratamiento archivístico y documental de las fuentes orales. **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n. 7, jun, 2004. p. 77-91.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Visões e perspectivas. Documento em História Oral. **Oralidades**: Revista de história oral. Núcleo de Estudos em História Oral, São Paulo: ano 1, n. 2, jul./dez. 2007. p. 35-44.

ROUCHOU, Joëlle. História Oral: reportagem x entrevista-história. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 1, jan./jun. 2000.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 9, n.17, 1996, p. 85- 91. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

_____. A memória não é mais o que era. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. História Oral e storytelling. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília: Senac, 2007.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e Memória: desafios de uma relação teórica. **OPIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, p.81-97.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

TARAPANOFF, Kira. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: TARAPANOFF, K. (org) **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT/UNESCO, 2006.

TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento de negócios. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000. 191p.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Aos cinqüenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História**

Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

TOTINI, Beth ; GAGETE, Elida. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa:** história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 113-126.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; GELINSKI, João Vitor Vieira. Gestão do conhecimento organizacional. In: **Informação, conhecimento e inteligência organizacional.** Marta Lígia Pomim Valentim (Org.). Marília: FUNDEPE Editora, 2006.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33-41.

WALSH, James, UNGSON, Gerardo Rivera. Organizational memory. **The Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, NY, v. 16, n. 1, jan. 1991. p. 57-91.

WILSON, T. D. A problemática da Gestão do Conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (org) **Inteligência, informação e conhecimento em corporações.** Brasília: IBICT/UNESCO, 2006.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa:** história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-30.

APÊNDICE – Questionário



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Aluna: Keity Verônica Pereira da Cruz

Este questionário objetiva recolher informações sobre condições de produção, avaliação, classificação, descrição, difusão, aquisição e preservação dos documentos orais e arquivísticos em instituições que utilizem o método da história oral para o resgate de sua memória. O objetivo é comparar o tratamento recebido por esses documentos nessas organizações. Caso não deseje, a instituição não será identificada.

As questões deste instrumento de coleta de dados se encontram separadas em duas partes: a primeira direcionada para a documentação produzida a partir do programa de história oral, e a segunda destinada à documentação arquivística da instituição.

Instituição (caso deseje ser identificada): _____

Parte I - Documentação oral

Contextualização

- Quando se iniciou o programa de história oral?

- O programa está em andamento?

() Sim () Não.

Motivo: _____

- Existe (m) norma (s) da instituição que respalda (m) e orienta (m) a realização do programa?

() não () sim. Quais?

—

- Existem profissionais responsáveis pelo acervo oral?

() Não () Sim. Quantos? _____

- Qual é a formação dos profissionais que tratam a documentação oral?

—

Quanto à :

1. Produção

- Como se dá a produção dos documentos orais:

() gravação em áudio () gravação em vídeo

- As entrevistas são transcritas?

() não () sim

Em caso positivo:

() todas as entrevistas são transcritas () apenas parte delas. Utilizando qual critério? _____

- Qual é a quantidade de documentos orais:

Fitas: _____

CDs: _____

Texto (transcrição): _____

- Como é feito o delineamento dos assuntos que serão abordados nas entrevistas, para evitar que sejam concedidas informações desnecessárias para o programa?
- É feita alguma intervenção durante as entrevistas para evitar que o relato saia do escopo do programa de história oral?

2. Avaliação

- Os documentos orais estão incluídos no código de classificação / tabela de temporalidade do órgão?
- É feita eliminação no acervo?
() Não () Sim. Segundo qual critério? _____
- Alguma entrevista / transcrição possui tratamento diferenciado pelo seu conteúdo?
- () Não () Sim. Qual tratamento e por qual critério? _____

3. Aquisição

- Existe entrada de outros documentos para o acervo de história oral?
() não () sim. Por meio de: () doação () permuta () outro. Qual? _____

4. Classificação

- Os documentos orais recebem alguma classificação?

- Por qual critério os documentos orais são agrupados no armazenamento?

5. Descrição

- O acervo oral possui instrumento de pesquisa?
() Não () Sim. Quais?

6. Conservação:

- Qual o tipo de mobiliário utilizado para armazenar os documentos?
() armários () estantes () outro:

- Qual o tipo de material do mobiliário utilizado para armazenar os documentos?
() Aço () madeira () outro: _____
- Em que tipo de invólucro os documentos são acondicionados?
() Caixa de papelão () caixa de plástico () Outro:

- Os documentos passam por algum processo de higienização?
() não () sim. Qual:

- São adotadas medidas contra insetos, roedores e microorganismos?
() não () Sim. Quais:

- No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de:
 - Temperatura? () não () sim. Como é realizado?

 - Iluminação? () não () sim. Como é realizado?

- Umidade do ar? () não () sim. Como é realizado?

7. Difusão

- Existe divulgação do acervo?
() não () sim. Como? () cartaz () folder () intranet Outro (s): _____

Caso exista divulgação, ela é feita:

() apenas no âmbito organizacional () para o público externo

- Quem são os usuários do acervo:
- formação: () superior () nível médio () nível básico
- origem: () público interno () público externo

- Existem restrições de acesso ao acervo?
() não () sim. Quais?

- Existem restrições de consulta/empréstimo do acervo?
() não () sim.
Quais? _____

Parte II – Documentação arquivística

Contextualização

- Existe um programa para tratamento da documentação arquivística?
() não () sim. Há quanto tempo foi implementado? _____
- O programa está em andamento?

() Sim () Não.

Motivo: _____

- Existe (m) norma (s) da instituição que respalda (m) e orienta (m) a realização do programa?

() não () sim.

Quais? _____

- Existem profissionais responsáveis pelo acervo arquivístico?
() Não () Sim. Quantos? _____

- Qual é a formação dos profissionais que tratam a documentação arquivística?

Quanto à :

1. Produção

- Os documentos de arquivo produzidos /recebidos pela instituição encontram-se em qual suporte?
 Textual (documento impresso e manuscrito)
 cartográfico (com representação geográfica)
 iconográfico (fotos) filmográfico (audiovisual)
 sonoro (com registro fonográfico) micrográfico (microfilme e microficha)
 informático (HD, disquete, CD)
- Qual é a quantidade de documentos arquivísticos que a instituição possui?
 caixas pastas
outros: _____

2. Avaliação

- Existe uma comissão de avaliação no órgão?
 não sim
- Existe código de classificação para a área meio/ fim?
 não sim
- Existe tabela de temporalidade área meio/fim?
 não sim
- É feito o procedimento de eliminação no acervo?
 não sim. Qual a periodicidade? _____

3. Aquisição

Existe serviço de protocolo? não sim

- Toda a documentação recebida é registrada nele?
 sim não. Por que?

- É feito algum controle para evitar a entrada de documentos que contenham informações desnecessárias para a instituição?
 não sim.
Como? _____

4. Classificação

- A documentação arquivística recebe classificação?

não sim.

Em qual momento: produção do documento arquivamento

5. Descrição

- Quais são os instrumentos de pesquisa do acervo arquivístico?

Guia inventário catálogo índice outro:

6. Conservação:

- Qual o tipo de mobiliário utilizado para armazenar os documentos?

armários estantes outro:

- Qual o tipo de material do mobiliário utilizado para armazenar os documentos?

Aço madeira outro: _____

- Os documentos passam por algum processo de higienização?

não sim. Qual:

- São adotadas medidas contra insetos, roedores e microorganismos?

não sim. Quais?

- No ambiente onde fica armazenado o acervo oral existe controle de:

- Temperatura? não sim. Como é realizado?

- Iluminação? não sim. Como é realizado?

- Umidade do ar? não sim. Como é realizado?

7. Difusão

- Existe divulgação do acervo?

não sim. Como? cartaz folder intranet Outro (s): _____

Caso exista divulgação, ela é feita:

apenas no âmbito organizacional para o público externo

- Quem são os usuários do acervo:

- formação: superior nível médio nível básico

- origem: público interno público externo

- Existem restrições de acesso ao acervo?

não sim. Quais?

- Existem restrições de consulta/empréstimo do acervo?
() não () sim.
Quais? _____

Muito obrigada pela participação!